

*Tomo XVIII*



**BLUMENAU  
EM CADERNOS**



*Janeiro de 1977 - N. 1*

## CANTO DOS COOPERADORES

**A Fundação Casa Dr. Blumenau torna público o seu sincero agradecimento pelo generoso apoio financeiro, de estímulo à publicação desta revista, recebido de:**

Armen Mamigonian - Presidente Prudente S. P.  
Artur Fouquet - Blumenau  
Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A. - Blumenau  
Cremer S/A. - Produtos Têxteis e Cirúrgicos - Blumenau  
Cia. Comercial Schrader S/A. - Blumenau  
Companhia Industrial Schlösser S/A. - Brusque  
Companhia Souza Cruz - Indústria e Comércio - Blumenau  
Conrado Ildefonso Sauer - Rio de Janeiro  
Consulado Alemão - Blumenau  
Distribuidora Catarinense de Tecidos S/A. - Blumenau  
Electro Aço Altona S/A. - Blumenau  
Felix Hauer - Curitiba  
Fritz Kuehnrich - Blumenau  
Fundação Teófilo Zadrozny - Blumenau  
Georg Traeger - Blumenau  
Indústria Têxtil Companhia Hering - Blumenau  
Madeira Odebrecht Ltda. - Blumenau  
Malharia Blumenau S/A. - Blumenau  
Malharia Maju S/A. - Blumenau  
Moellmann Comercial S/A. - Blumenau  
Relojoaria e Ótica Schwabe Ltda. - Blumenau  
Sul Fabril S. A. - Malharia e Confecções - Blumenau  
Tabacos Brasileiros Ltda. - Blumenau  
TEKA - Tecelagem Kuehnrich S/A. - Blumenau  
Tipografia Centenário Ltda. - Blumenau  
Transportadora Blumenauense Ltda. - Blumenau



# BLUMENAU EM CADERNOS

TOMO XVIII

JANEIRO DE 1977

Nº 1

## — S U M Á R I O —

	Página
Ainda os 17 Fundadores de Blumenau	2
Os 80 anos do Instituto Histórico e Geográfico de S. C.	4
Alfredo d'Escragnoille Taunay	9
Genealogia - Família Wagner	11
A Mulher Operária em Joinville	18
Colaboração de Leitores	24
O Conde d'Eu em visita a Blumenau em 1884	25
Peripécias de um antigo viajante	28

A NOSSA CAPA: A capa que ilustra o presente número, é de autoria do artista gráfico, Sr. Edison Mueller, presidente em exercício da Fundação "CASA Dr. BLUMENAU". Esta capa permanecerá no decorrer do ano de 1977.

## BLUMENAU EM CADERNOS

Fundação de J. Ferreira da Silva

*Órgão destinado ao Estudo e Divulgação da História de Santa Catarina*  
Propriedade da FUNDAÇÃO CASA DR. BLUMENAU

IMPRESSO EM OFICINAS PRÓPRIAS

Direção: F. C. Allende

ASSINATURA POR TOMO (12 NÚMEROS) Cr\$ 30,00

Número avulso Cr\$ 3,00 -- Atrasado Cr\$ 5,00

Assinaturas para o exterior Cr\$ 30,00 mais o porte Cr\$ 100,00 total Cr\$ 130,00

Alameda Duque de Caxias, 64 - Caixa Postal, 425 - Fone: 22-1711

89.100 - B L U M E N A U - S A N T A C A T A R I N A - B R A S I L



# Ainda os 17 Fundadores de Blumenau

JEAN R. RUL

A contribuição do Sr. Adolfo Bernardo Schneider, do Arquivo Histórico de Joinville, em torno da polêmica sobre os nomes exatos dos 17 imigrantes fundadores de Blumenau, foi realmente de valor inestimável.

Com a publicação em "Blumenau em Cadernos" de agosto deste ano, da relação destes imigrantes, nos foi possível tomar conhecimento de um documento oficial do Staats-Archiv, de Hamburgo, com nome, profissão e localidade de origem de cada um destes pioneiros. Documento oficial e portanto incontestável, provavelmente redigido por um funcionário responsável pela emigração.

Pois justamente, por ser um documento tão minucioso e preciso como costumam ser os documentos europeus, mesmo os daquela época, é de estranhar o equívoco - como diz o Sr. Schneider - cometido pelo escritor português de Hamburgo, ao colocar as duas filhas de Kohlmann na companhia de Andreas Boettcher!

Analisando estes novos dados postos à nossa disposição, verificamos que, tanto Kohlmann quanto Boettcher, vieram da mesma localidade. Ambos eram ferreiros. Na carta, escrita por Paul Kellner em 1900, publicada em nossa edição de maio deste ano, ele omite André Boettcher, porém acrescenta um filho à família Kohlmann, que nunca teve filho algum registrado em Blumenau.

Esta série de equívocos e coincidências, sempre envolvendo as famílias Kohlmann e Boettcher, naturais, como já dissemos, da mesma cidade, nos deu a idéia de que poderiam existir laços de parentesco entre elas, o que viria explicar as ocorrências. Se por exemplo, Boettcher tivesse sido sobrinho de Kohlmann, muitos fatos teriam sua justificação.

Prevendo uma rápida e fácil solução do enigma, animamo-nos a fazer uma pesquisa, que foi coroada de sucesso e provou que tudo era ainda mais simples do que parecia a primeira vista. Eis os fatos:

As duas "filhas" de Kohlmann, *não eram filhas dele e sim filhas de sua esposa*, como também o era Johann Andreas Boettcher.

A esposa de Kohlmann, nata Christiane Oswald, nasceu a 2.12.1800 em Gross Oerner. Ela era viúva de Johann Andreas Boettcher (pai) que lhe deixou 3 filhos e ela casou em segundas núpcias com Kohlmann, de quem não teve filhos.

Kohlmann, que nasceu em 1798, não se chamava Andreas, pois seu óbito está registrado na Paróquia Evangélica de Blumenau, como Friedrich Kohlmann, o que confere com a 2ª inicial de seus 3 prenomes, anotados pelo Staats Archiv de Hamburgo, que são J. F. C.

Quando em 1850 toda a família resolveu deixar sua terra natal, no serviço de emigração registraram o casal separado das duas filhas, pois não eram filhas de Kohlmann. Elas foram agrupadas com o irmão, o que era bem mais lógico.



Porém, em Blumenau, foram as moças consideradas filhas do casal Kohlmann, como também Andreas Boettcher que integrava a mesma família, o que levou Paul Kellner a escrever que o casal tinha um filho e duas filhas, e, em parte, não deixava de ser a verdade.

Vamos ver agora o que aconteceu a estes cinco pioneiros. Não permaneceram muito tempo na Colônia Blumenau e mudaram-se para Belchior, no meio dos colonos, provenientes de São Pedro de Alcântara, os quais se achavam já alguns anos ali estabelecidos.

- Friedrich Kohlmann faleceu em Belchior a 17.2.1862, aos 64 anos de idade.
- Christiane Kohlmann, sua esposa, viúva Boettcher, faleceu a 10.9.1876, aos 75 anos, 9 meses e 8 dias de idade. (Ela não tinha 44 anos em 1850 e sim 49, porém qual a senhora que não gosta de reduzir sua idade em 10%?)
- Johann Andreas Boettcher \*2.2.1829, casou 3.2.1863 PEB com Henriette Emilie Josiger \*12.1.1846, filha de Christoph Josiger (1806-1872) e de Christine Meyer (1807-1877) imigrantes que chegaram a Blumenau em 1852. O casal teve no mínimo 9 filhos, todos nascidos em Belchior e destes, 3 faleceram pequenos. Dos 6 remanescentes deve haver descendentes, talvez em grande número.
- Marie Magdelene Boettcher \*1831, casou 11.8.1857 - um dos primeiros casamentos realizados pelo pastor Hesse, que tinha chegado dias antes com Johann Tereich (também citado como Töreich, Dereich e mesmo Ter Eick!) \*cerca 1821 em Weinheim, Hessen, filho de Conrad Tereich e de Christine Pfaat.

Johann Tereich, que faleceu em Blumenau a 21.9. 1888, veio ao Brasil como imigrante destinado à Colônia da Armação da Piedade (hoje Governador Celso Ramos) onde chegou em março de 1847. Como a maioria dos colonos da Piedade, ele ali ficou pouco tempo, mudou-se para nosso Vale e fixou-se em Belchior.

O casal teve um mínimo de 5 filhos, tendo falecido um com 9 e outro com 6 anos. Sobreviveram dois rapazes e uma menina que devem ter deixado descendência.

- Christine Sophie Boettcher \*7.10.1835 conforme consta em seu assento de casamento, porém ela também parece ter feito um corte de 10% na sua idade pois em 1850 ela estava registrada na Colônia como tendo 17 anos!

Christine casou a 27.10.1861 PEB com Julius Theodor Weck \*25.10.1835 em Amdorf bei Poenig, filho de Christian Wilhelm Weck. Este casamento durou apenas 5 semanas, pois a 29.11.1861 Julius veio a falecer da então chamada "febre dos nervos". Não houve filhos desta união tão efêmera. Christine, ou melhor Christiane, como ela consta nos assentos de seus casamentos, casou em segundas núpcias, a 31.1.1864 PEB com Christian Gotthelf Grahl \*29.10.1829 em Kahlenberg, Saxônia, filho de Johann Heinrich Grahl e de Johanna Christliebe Dürr. Desta união houve um mínimo de 9 filhos sendo que 3 faleceram pequenos.

Gotthelf Grahl era viúvo de Bertha Market, que lhe deixou 3 filhos: Bertha \*30.6.1854 em Schoenau bei Chemnitz, casada a 2.9.1886 com Ferdinand Müller; Antonie Francisca \*6.9.1859, casada a 14.12.1882 com



Bruno Wehmuth; e Gustav Grahl \*20.10.1861 no barracão de alojamento dos imigrantes, em Blumenau, uma hora após a chegada dos pais à Colônia. Gustav faleceu a 6.9.1931 e era casado com Olga Bertha Stutzer que lhe deu três filhos: Hildegard, Alexander e Alfons Grahl, este último, titular de Alfons Grahl & Cia. Ltda.

Fica assim esclarecido o enigma Kohlmann-Boettcher, levantado pelo Snr. Edison d'Avila, com a comunicação da carta de Paulo Kellner; em parte solucionado pelo Snr. Adolfo Bernardo Schneider, graças à sua valiosa documentação, permitindo restabelecer a verdade histórica.

Justiça seja feita, a memória de Paulo Kellner após decorridos 50 anos, estava muito mais clara de que imaginávamos, não só no caso Boettcher, mas também ao citar o filho de Fritz Riemer. Isto será objeto de um outro esclarecimento em época oportuna, quando as pesquisas estiverem concluídas.

## Os 80 anos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina

JALI MEIRINHO

Quando, nos primeiros dias de setembro de 1896, José Arthur Boiteux lançou pela imprensa de Florianópolis um convite aos intelectuais e cidadãos ilustres do Estado, para a fundação de uma associação cultural, a idéia encontrou ampla receptividade.

O momento catarinense era propício. A vida do Estado estava sendo reorganizada, após os anos conturbados de 1893 e 1894. No Governo, cumprindo o quadriênio 1894-1898, Hercílio Pedro da Luz realizava esforços buscando modernizar a Capital e decidir, de vez, a questão dos limites com o vizinho Paraná. A criação de uma instituição cultural parecia uma exigência, naquele contexto otimista que caracterizava nossa classe dirigente.

A proposta de José Boiteux, veio em momento oportuno. Ela mereceu aplausos dos que compreenderam o significado da criação de um centro de estudos e o apoio do mundo oficial.

Às 11 horas de 7 de setembro de 1896, numa das salas da Biblioteca Pública do Estado, Boiteux viu seu convite atendido. Aos trinta presentes expôs os fins da associação cujos alicerces se ia lançar e, convidou o governador Hercílio Luz, para presidir a reunião. Instalados os trabalhos, foi aprovada proposta dando à entidade o nome de Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

Era a sexta instituição, do gênero, a existir no País. Além do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, já se fundara os de Alagoas, Pernambuco, Bahia e Ceará. (1)

Ainda, neste 7 de setembro, às 13 horas, agora no Lyceu de Artes e Ofícios, o Governador, na qualidade de presidente da Comissão Diretora Provisória, presidiu a sessão de instalação e as eleições para a primeira diretoria. Foram eleitos: Desembargador Francisco da Cunha Ma-



chado Beltrão, presidente; Major Felipe Schmidt, 1º vice; Luiz Cavalcanti de Campos Melo, 2º vice; José Arthur Boiteux, 1º secretário; Augusto Fausto de Souza, 2º secretário; Afonso Cavalcanti Livramento, tesoureiro; Joaquim Thiago da Fonseca, orador. (2)

O Instituto iniciava sua trajetória para alcançar 80 anos. É a mais antiga instituição cultural, honrando e servindo a nossa cultura. Ao longo deste tempo alguns interregnos foram sofridos face a dificuldades comuns às instituições deste caráter. Apesar de tudo, sobreviveu servindo desinteressadamente no campo da inteligência e do civismo ao Estado de Santa Catarina.

Sem o trabalho que desenvolveram os homens do Instituto Histórico e, este, como instituição, muito menos conheceríamos da história catarinense.

Em síntese, procuraremos mostrar o que é o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

Estatutariamente, ele tem por fim proceder a estudos e investigações concernentes a história, geografia, etnografia e arqueologia principalmente do Brasil e em particular de Santa Catarina. Seu Regimento diz: "para a realização do aludido fim, o Instituto: coligirá, conservará e classificará, documentos, livros, cartas geográficas e outros objetos que lhe possam fornecer elementos de informações e devem constituir um arquivo, uma biblioteca, um museu, uma mapoteca e uma exposição de produtos e objetos encontrados no solo do Estado. Também, promoverá a realização de festas cívicas e palestras públicas". (3)

Poderão ser sócios do Instituto, aqueles que hajam publicado obras de conteúdo histórico, desde que propostos por dois sócios e, ainda os professores de história e geografia que manifestem, por escrito, desejo de participar da agremiação e sejam propostos por dois sócios. Em ambos os casos as propostas serão submetidas a votação secreta da Diretoria e do Conselho Fiscal.

Há oitenta anos a missão do Instituto vem sendo desempenhada. Desde a fundação têm sido membros deste sodalício muito dos homens mais eminentes da terra barriga-verde. Hercilio Luz, Felipe Schmidt, Lucas Boiteux, Manoel da Silva Mafra, Vidal Ramos, Nereu Ramos, Joaquim Domingues de Oliveira, Edmundo da Luz Pinto, Adolfo Konder, Victor Konder, Othon D'Eça. Duas figuras, entretanto, pelo amor, perseverança e dedicação a causa, estão, ainda, a merecer a homenagem mais digna que se puder prestar.

José Arthur Boiteux, idealizador e fundador. Desde 1896 até sua morte em 1934, foi um lidador entusiasmado. Secretário de 1896 a 1912; presidente de 1922 a 1934, mesmo nos períodos de ausência de Santa Catarina, cumprindo mandatos eletivos ou em comissão do Governo jamais descuidou do Instituto.

Henrique da Silva Fontes, foi admitido no Instituto em 1913. Desde então, foi ativo participante de todas as diretorias, como membro de comissões, secretário e presidente. Ocupou este último posto, com mandatos sucessivamente renovados por eleições, de 1935 a 1965. Por todo o tempo dedicou-se à agremiação com a mesma disposição que desempenhou os altos postos da sua vida, notadamente, no magistério e na magistratura.



Em 1965, ao declinar de mais uma reeleição, porque o peso dos seus oitenta anos não lhe permitiam continuar a luta, recebeu, pela unanimidade dos associados, o título de presidente perpétuo. (4)

Personalidades devotadas as coisas da terra catarinense, como estes exemplos, tornaram possível a sobrevivência e as obras que o Instituto realizou, estas consubstanciadas numa produção intelectual das quais vamos alinhar alguns destaques.

A Revista Trimestral fundada em 1902. Circulou nos anos de 1902, 1913, 1914, 1915, 1916, 1917, 1918, 1919, 1920, 1943, 1944, num total de vinte volumes. Apesar das interrupções, trata-se do principal repositório da historiografia barriga-verde. Para escrever sobre a História de Santa Catarina não se pode deixar de consultar esta obra. Como suplemento da Revista foi editado o Dicionário Histórico e Geográfico de Santa Catarina, de autoria de José Boiteux.

No ano de 1929 o Instituto promoveu a I Festa do Livro Catarinense, objetivando recursos para a Biblioteca Pública. (5)

Partiu desta instituição a iniciativa para que se colocasse uma placa de mármore na casa onde faleceu o historiador e notável orador sacro Arcipreste Paiva. (6)

Em 1938 fez comemorar o Cinquentenário da Abolição dos Escravos. (7)

No ano seguinte batalhou pela restauração da Casa de Vitor Meireles.

O I Congresso de História Catarinense, em 1948, foi de sua iniciativa (8). O conclave comemorou o II Centenário da Colonização Açoriana e obteve repercussão internacional. Seus Anais estão publicados.

Comemorações centenárias, de ilustres nomes da nossa história, sempre foram lembrados, como as de Cruz e Souza, Jeronimo Coelho, Hercilio Luz, Lauro Muller e, ainda agora, a do historiador Afonso Taunay.

Em 1975 foi realizado o I Simpósio do Povoamento e Colonização de Santa Catarina, em comemoração ao Centenário da Colonização Italiana. Os anais estão em vias de publicação.

Outro serviço que o Instituto presta à comunidade é através da sua biblioteca, com um acervo de 6 mil volumes. Ali encontram-se inúmeras raridades e especialidades em História de Santa Catarina e do Brasil. Foi organizada desde a fundação. Mas, foi em 1951 que recebeu valioso acréscimo, com a doação de parte da biblioteca do Clube 12 de Agosto, então sob a presidência de Aderbal Ramos da Silva.

Franqueada ao público, pesquisadores e estudantes, esta biblioteca é permanente fonte de consulta, particularmente, para os alunos dos cursos de graduação e pós-graduação, em História, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Ao longo destes oitenta anos o Instituto Histórico e Geográfico empenhou-se para obter instalações próprias e condignas, para sua sede e, principalmente, para sua valiosa biblioteca. Os presidentes que se sucederam, buscaram solução junto ao Poder Público Estadual. Em 1929 o Instituto foi reconhecido de utilidade pública, pela Lei n° 1664, de 15 de outubro (9). Neste ano, o governador Adolfo Konder, atendendo aos apelos de José Boiteux, propôs a construção da Casa de Santa Catarina, onde entidades culturais teriam sede, inclusive o Instituto (10). As injunções po-



líticas do momento, que culminaram com a Revolução de 1930, interromperam este processo.

Henrique da Silva Fontes retoma-o em 1951. Foi quando o governador Irineu Bornhausen concretizou a criação da Casa de Santa Catarina, destinando, a esta e outras entidades culturais, o prédio da antiga Sociedade Germânica, à rua Tenente Silveira. (11)

Durante 15 anos o local serviu. Um desabamento deixa o Instituto sem sede. A partir de 1969, pela proteção estadual, a biblioteca pode ser reinstalada no 8º andar do Edifício Zahia, à rua Felipe Schmidt. Agora, com a Casa da Cultura prestes a ser concluída, existe a promessa do governador Antonio Carlos Konder Reis de que o Instituto Histórico, finalmente, terá pouso certo.

O Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina é, em resumo, um centro da cultura catarinense, com oitenta anos de existência; é uma associação intelectual que, procura manter vivo o interesse pelos estudos históricos e geográficos do Estado, franqueia ao público o acervo que formou.

Todo este patrimônio não só deve ser preservado como divulgado, através sua revista e um catálogo que mostre a Santa Catarina e ao Brasil o que existe de valor científico no Instituto. Só que, para tanto, faltam os recursos.

Praticamente ele não tem renda. Desde a fundação tem sobrevivido às custas de doações. Uns governos lhe deram mais, outros menos e todos eles lhe têm dado muito menos do que merece.

Neste 1976 o Instituto Histórico pode ver passar seus oitenta anos sem festas, mas com as portas abertas, graças ao trabalho desinteressado de um grupo de associados. E, também, pela compreensão do Governo do Estado que, através da Secretaria do Governo lhe destinou recursos para manutenção e da Secretaria da Educação que lhe colocou a disposição duas professoras e duas bolsistas com a tarefa de realizar serviços burocráticos e atender o funcionamento da biblioteca.

Além do Governo do Estado, outros órgãos também poderiam considerar os serviços que o Instituto presta, gratuitamente, a Santa Catarina. Na verdade não é o Instituto Histórico e Geográfico que necessita de auxílio e sim a cultura catarinense.

#### NOTAS

- 1) Dicionário de História do Brasil, Ed. Melhoramentos, p. 322 — 2) Atas, Livro nº 1, p. 1 e 2 — 3) Regimento, art. 3º itens I e V — 4) Atas, Livro nº 5, p. 47 — 5) Atas, Livro nº 2, p. 8 — 6) Idem — 7) Idem, p. 31 — 8) Atas, Livro nº 3, p. 93 — 9) Atas, Livro nº 2, p. 7 — 10) Idem — 11) Atas, Livro nº 4

## A N E X O I

### Os Sócios Fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e suas atividades profissionais (\*)

Abilio Justiniano de Oliveira, Jornalista - Afonso Cavalcanti Livramento, Oficial da Marinha - Afonso Pinto Vasconcelos, Oficial da Marinha - Amaro Pessoa, Professor - Amos L. Post, Industrial - Antonio Pereira da Silva e Oliveira, Comerciante - Arthur Moreira de Barros Oliveira Lima, Funcionário Público - Augusto Fausto de Souza, Engenheiro



Civil - Emilio Gans, Professor - Euphrasio José da Cunha, Médico - Feliciano Marques, Guarda-Livros - Felipe Schmidt, Engenheiro Militar - Francisco da Cunha Machado Beltrão, Desembargador - Francisco Tavares da Cunha Melo Sobrinho, Juiz de Direito - Gustavo Adolpho da Silveira, Funcionário Público - Gustavo Richard, Senador - Hercilio Pedro da Luz, Engenheiro Civil, Governador - José Maria Duarte, Professor - Joaquim Thiago da Fonseca, Juiz de Direito - José Arthur Boiteux, Jornalista - José Maria dos Santos Carneiro Junior, Comerciante - José Roberto Viana Guilhon, Desembargador - Jorge de Lossio e Sieblitz, Engenheiro Civil - Libero Guimarães, Industrial - Luiz Antonio Ferreira Gualberto, Médico - Luiz Cavalcanti de Campos Melo, Engenheiro Civil - Manoel Cavalcanti de Arruda Camara, Desembargador - Pedro Ferreira da Silva, Médico - Polydoro Olavo de S. Thiago, Engenheiro Civil - Thomaz Cardoso da Costa Junior, Comerciante.

\* Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, v. I, n° 1, 1902, Florianópolis.

## ANEXO II

Os sócios efetivos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, por ordem cronológica de admissão (\*)

Francisco Barreiros Filho, Edmundo Acácio Soares Moreira, José da Rocha Ferreira Bastos, Carlos Gomes de Oliveira, Victor Antonio Peluso Junior, Altino Corsino da Silva Flores, Aderbal Ramos da Silva, Gustavo Neves, Haroldo Paranhos Pederneiras, Hercilio João de Medeiros, João David Ferreira Lima, João dos Santos Areão, Oswaldo Rodrigues Cabral, Renato Medeiros Barbosa, Jorge José de Souza, José Borges Cordeiro da Silva, Martinho Calado Junior, Antonio de Lara Ribas, Acácio Garibaldi Santiago, Adão Gomes de Miranda, Alcides Abreu, Antonio Adolfo Lisboa, Ayres Gevaerd, Biase Agnesino Faraco, Celestino Sachet, Dante Martorano, David da Luz Fontes, Evaldo Pauli, Felix Schmieglow, Geraldo Gama Sales, João Batista Bonassis, João Alfredo Rohr.

João Teixeira da Rosa, Jose Figueiró Siqueira, Jose Medeiros Vieira, Lydio Martinho Calado, Nelson Abreu, Nereu Correa de Souza, Nilson Vieira Borges, Oscar Gustavo Krieger, Osvaldo Ferreira de Melo Filho, Raulino Reitz, Rid Silva, Roberto Mundel Lacerda, Severino Nicomedes Alves Pedrosa, Silvia Amélia Carneiro da Cunha, Terezinha da Luz Fontes, Theobaldo Costa Jamundá, Telmo Vieira Ribeiro, Victor da Luz Fontes, Victor Lima, Walmor Cardoso da Silva, Walter Fernando Piazza, Zedar Perfeito da Silva, Carlos Humberto Pederneiras Correa. Ciro Elke, Jali Meirinho, Jose Alberto Barbosa, Paulo Weber Vieira da Rosa, Victor Lucas, Aloma Sutter, Darcy Pacheco, Edy Alvares Cabral de Barros, Joelcyr Monteiro, Julieta de Albuquerque Quint, Laura Machado Hubner, Licurgo Ramos Costa, Maria Terezinha Sobieraski Barreto, Nelson Luiz Teixeira Nunes, Odair Gersino da Silva, Roselys Isabel Correa dos Santos, Rufino Porfirio de Almeida, Sergio Schmitz, Thomaz Costa de Carvalho, Walmor Bonifácio Sena, Walter Manoel Gomes.

NOTAS - \*) Relação de agosto de 1976 - 1) Atas, Livro n° 1, p. 22 - 2) Idem, p. 40 - 3) Atas, Livro n° 2, p. 3 - 4) Idem, p. 7 - 5) Idem, p. 11 - 6) Idem, p. 12 - 7) Idem, p. 17 e todos os demais nomes relacionados abaixo - 8) Idem, p. 37 - 9) Atas, Livro n° 3, p. 59 - 10) Idem, p. 91 - 11) Atas, Livro n° 4, p. 13 - 12)



Idem, p. 47 e todos os demais nomes relacionados abaixo - 13) Idem p. 84 e todos os demais nomes relacionados abaixo - 14) Atas, Livro nº 5, p. 2 e todos os demais nomes relacionados abaixo,

ANEXO III - Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina eleita para o biênio 1975-1977. (\*)

Presidente: Victor Antonio Peluso Junior, Vice-Pres.: Walter Fernando Piazza, Secretário: Jali Meirinho, Tesoureira: Amélia Carneiro da Cunha, Conselho Fiscal: Carlos Humberto Pederneiras Correa, Roselys Isabel Correa dos Santos, Walmor Bonifacio Sena.

\*) Diretoria eleita e empossada em 24 de outubro de 1975. Atas, Livro nº 5, p. 3

## **Alfredo d'Escragnolle Taunay**

FREDERICO KILIAN

Ainda sobre a vida deste ilustre representante de Santa Catarina no Congresso Nacional, extraímos, de um artigo editorial, publicado no Nº 8 do "Blumenauer Zeitung", de 23 de fevereiro de 1884, os seguintes dados biográficos:

Alfredo d'Escragnolle Taunay, nasceu em 22 de fevereiro de 1843 na cidade do Rio de Janeiro. Seus pais eram o barão de Taunay e D<sup>a</sup> Gabriella d'Escragnolle Taunay, que lhe proporcionaram uma esmerada educação. Em 1858, com a idade de 15 anos, Alfredo d'Escragnolle Taunay se formou em bacharel das belas letras. No ano de 1863, foi aprovado nos exames de matemática e Física, colando grau universitário. Entrou nas fileiras do exército e tomou parte na Campanha do Mato Grosso, tendo relatado os acontecimentos daquela campanha em seu livro "A retirada da Laguna" que foi um sucesso literário, apreciado não só no país, como também no exterior, especialmente na Inglaterra, onde o jornal "Saturday Review", de Londres trouxe transcrições de trechos e um resumo desta obra, dando-lhe excelente crítica e ao autor o apelido de "Xenophon de nossa era". Tomou parte também, como secretário do Conde d'Eu, da Campanha da Cordilheiras ao Paraguai. Mais tarde desenvolveu grande atividade no campo jornalístico e literário, de que dão conta inúmeros romances que escrevia sob o pseudônimo de Sylvio Dinarte. Destes romances foram traduzidos, "A Inocência", para o francês e editado em Paris. Ao alemão foram traduzidos "Scenas de Viagem", editada em Leipzig, mas a obra que o tornou mais conhecido, foi "A Retirada da Laguna" traduzida para o alemão pelo Conselheiro Schneider e editada em Berlim. Também partes de sua obra "Céus e Terras no Brasil" foram traduzidas para o alemão.

No ano de 1872 foi eleito deputado geral e desde então



lutou pela "Grande Naturalização" apresentando, no Congresso projeto de sua autoria, que defendeu por diversas legislaturas.

No sentido de integrar o imigrante na vida política-comunal do Município de seu domicílio, Alfredo d'Escragolle Taunay apresentou ainda o seguinte projeto de lei:

Artº 1º - Todo estrangeiro residente no Brasil, tem o direito de votar nas eleições municipais, desde que cumpra as condições, que pela Lei de 9 de janeiro de 1881, são exigidas dos naturalizando.

Artº 2º - Quem possuir bens imóveis do valor superior a 1 conto de réis (1:000\$000) poderá ser eleitor, desde que resida há mais de 3 anos no município no qual se realiza a eleição.

Artº 3º - Todos aqueles que se acharem nas condições do artigo 1º e residirem há mais de 6 anos na localidade, poderão ser eleitos.

Artº 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Reeleito nos anos de 1877 e 1881, não conseguiu, no entanto, sua reeleição em 1884, justamente em virtude de suas lutas a favor da abolição da escravatura no Brasil e maior incremento e auxílio governamental da imigração dos europeus, opondo-se a certa corrente que se manifestava também a favor da imigração chinesa.

Entre as mais conhecidas obras literárias de Alfredo d'Escragolle Taunay podemos citar ainda: A Mocidade de Trajano, 2 volumes; História Brasileira, editada em 1875; Estudos Críticos, 2 volumes, publicados em 1882 e 1883, além de outras.

---

*NOTAS LOCAIS - Blumenauer Zeitung - Vol. 1 de 20-5-1882 a 20-12-1884*

Nº 35 - 25-8-1883: O senhor Jacob Jasper colheu uma couve-flor, que, sem folhas, pesou 3.500 gr. - Um tamanduá bandeira deixou seu esconderijo e estava passando no centro da Vila. O senhor Peter Hartmann que o encontrou não pôde matá-lo por não possuir consigo qualquer arma. Começou então a cutucar o animal com uma varinha, o que não agradou ao bicho que avançou no seu importunador e depois subiu no Morro do Aipim.

Nº 39 - 22-9-1883: A Sociedade de Ginástica, em anúncio convida para a demonstração de ginástica que se realizará no dia 7 de Outubro de 1883, pela passagem do 10º aniversário de sua fundação. Convida os sócios para tomar parte no desfile ao local da festa e para o baile social. Ginastas, que não participarem do desfile não poderão também pacticipar do baile festivo, conforme resolução da assembléia.



# GENEALOGIA

JEAN R. RUL

## FAMÍLIA WAGNER

— V —

*Filhos de F4 Dorothea Wagner (1821-1905) e de Peter Lucas (1809-1900)*

Os 13 filhos do casal Lucas-Wagner, citados sob a numeração N26 a N38, em nossa edição de agosto de 1976, serão relacionados oportunamente na genealogia Lucas.

*Filhos de F5 Luis Wagner (1824-1874) e de Maria Gertrudes Emmerich (1822-1904)*

Após o falecimento de Luis Wagner, em 27.11.1874, sua viúva Maria Gertrudes Emmerich casou, em segundas núpcias, a 12.2.1877, em Gaspar, com "Huberto Cremer, 57 anos, viúvo de Catharina Loehr, natural da Provincia Renana da Prússia, filho de Huberto Cremer e de Anna Margarida Pleus(?)".

Maria Gertrudes Emmerich faleceu em Gaspar a 1.3.1904, conforme o assento de óbito: "com 80 anos, viúva de Huberto Kremer" que já tinha falecido a 27.4.1890 na mesma cidade.

Estas informações, obtidas recentemente, permitem completar os dados sobre Luis e sua família. Por outra parte, conseguimos identificar mais dois de seus filhos, o que eleva o número destes de 10 para 12, porém nos obriga a inverter a numeração dos filhos N40 a N43 e acrescentar N43A e N43B.

N39 - *Anna Wagner* \*27.10.1846 SPA, bat. 27.12.1846 na capela de SPA. Faleceu a 12.7.1917 e foi sepultada no cemitério de Belchior Alto. No seu túmulo consta a data de seu nascimento como sendo 25.3.1849 o que está em completo desacordo com o assento de seu batizado. Ela casou a 8.9.1871 na capela de Blumenau, perante o padre Römer, com Heinrich Wilhelm Josiger, protestante luterano, \*1848 Lusten, Alemanha, filho de Christoph Josiger e de Christiane, n. Meier. Heinrich era irmão da viúva do tio de Anna, Henrique Wagner(F3). No assento deste casamento, Anna consta como tendo 21 anos, quando tinha em realidade quase 25 anos. Baseado na data de seu nascimento indicada em seu túmulo, ela teria 22 e meio anos no dia de seu casamento. Tais divergências são muito frequentes. Pais de um mínimo de 11 filhos, todos batizados em Gaspar:

- B120 - Albino Josiger \*10.8.1872
- B121 - Thomas Josiger \*28.12.1873
- B122 - Maria Josiger \*22.9.1875
- B123 - Catharina Josiger \*3.11.1876 †18.11.1876, 15 dias
- B124 - Jorge Henrique Josiger \*15.10.1877
- B125 - Maria Cecilia Josiger \*11.2.1879
- B126 - Pedro Josiger \*18.11.1880
- B127 - Henrique Luis Josiger \*22.10.1882

— 11 —



- B128 - Emilia Josiger \*16.9.1884  
 B129 - Leopoldo Josiger \*5.6.1886  
 B130 - Inês Josiger \*1.11.1887

Deixamos de apresentar a descendência destes filhos pois eles pertencem a genealogia Josiger.

N40 - *Jorge Wagner* \*1848 aprox. (SPA? ou GA?) †7.10.1917 Gaspar. Baseado no assento de seu casamento, ele tinha 26 anos em 1875, nascido em Gaspar e batizado em Itajaí e teria nascido portanto em 1848 ou 1849. Pelo assento de batizado de um filho em Gaspar, em 1883, ele é citado como "natural e morador desta freguesia". No batizado de outro filho, em 1886, consta que ele nasceu em SPA. Enfim, no assento de seu óbito, em 1917 é indicado que ele tinha 72 anos e nascido, portanto em 1845.

Estas contradições complicam a localização de seu nascimento, que consideramos importante pois deve ter ocorrido justamente na época em que os pais se mudaram de SPA para Belchior. Em SPA (São José) o assento de seu batizado não foi localizado entre 1845 e fins de 1851. Em Itajaí, tão pouco, entre 1844 e fins de 1847. Depois deste ano faltam os registros até 1857, lacuna que já nos causou muitos transtornos.

Jorge casou a 25.1.1875 Gaspar, com Maria Junk, que então tinha 19 anos, filha de José Junk, descendente de imigrantes de SPA e de Frederica Josiger, imigrante de Blumenau do ano de 1852. Uma das testemunhas deste casamento foi Johann Andreas Boettcher, um dos 17 primeiros imigrantes de Blumenau, que, pelo seu casamento com Henriette Emilie Josiger, era portanto aparentado aos Wagner.

Foram pais de um mínimo de 5 filhos, porém deve ter havido maior número:

- B131 - Maria Wagner \*23.11.1876 †24.11.1876 Gaspar.  
 B132 - Maria Gertrudes Wagner \*5.7.1883  
 B133 - Maria Frederica Wagner \*1.8.1886 x 2.12.1911 Gaspar, faltando identificar o nome do marido.  
 B134 - Carlos José Wagner \* 21.9.1888  
 B135 - Leopold Wagner \*25.1.1893 †25.10.1893 Gaspar, 9 meses,

N41 - *Maria Wagner* \*1850 aprox. Gaspar e deve ter sido batizada em Itajaí. Ela casou a 26.10.1868 Gaspar com Luis Deschamps, nascido a 18.1.1843 provavelmente no local "Pedra de Amolar" perto de Itajaí, onde então o pai residia, batizado a 14.5.1843 Itajaí, filho caçula de Nicolau Deschamps (1796-1887) e de Catharina Eich (1796-1862) imigrantes de SPA e dos primeiros colonizadores do Vale do Itajaí.

Luis Deschamps faleceu 26.9.1896 Gaspar. Consta no assento de seu óbito que ele tinha 51 anos, porém em realidade tinha 53. Encontramos o falecimento de uma Maria Wagner a 3.8.1925, viúva, com 72 anos, que poderia ser o assento de óbito de sua esposa.

Pais de um mínimo de 11 filhos, todos nascidos e batizados em Gaspar:

- B136 - Pedro Deschamps \*10.11.1868 (15 dias após o casamento!) †24.12.1868



- B137 - Luis Deschamps \*17.11.1869
- B138 - Cecília Deschamps \*14.2.1874
- B139 - Catharina Deschamps \*15.1.1876
- B140 - João Deschamps \*12.8.1877 †22.11.1877
- B141 - Amália Maria Deschamps \*22.4.1879
- B142 - Inês Cecília Deschamps \*14.2.1881
- B143 - Apolônia Maria Deschamps \*23.11.1882
- B144 - Antônio Carlos Deschamps \*18.6.1884
- B145 - João José Deschamps \*1.9.1885
- B146 - Nicolau Bernardo Deschamps \*22.5.1888

A descendência destes filhos será apresentada oportunamente, quando da publicação da genealogia Deschamps.

- N42 - *Fritz Wagner (Frederico)* \*1852 aprox. Gaspar?, batizado Itajai?. Ele foi padrinho de um sobrinho em 1889 quando já contava 37 anos de idade e ainda era solteiro. Ainda não foi encontrado o assento de seu falecimento.
- N43 - *Frederica Wagner* \*1.9.1853 †29.9.1935, datas que constam em sua sepultura no cemitério de Belchior Alto. Casou em Blumenau a 24.3.1877 com Carlos Julius Siewert (ou Sievert?) "lutherano, nascido em Petersagen, distrito de Pommern, no reino da Prússia, filho de Carlos Siewert e de Carolina Frederica Jaulke".  
Por enquanto foi localizado somente um filho desta união:

B147 - Luis Carlos Siewert \*27.5.1885 Gaspar.

- B43A - *Catharina Wagner*. Possuimos bem poucas informações a seu respeito. Ela foi madrinha de um sobrinho em 1876 e casou com Frederico Müller, \*na Alemanha, filho de Guilherme Müller e de Frederica Belem(?). Pais de:

B148 - Leopoldo Müller \*26.2.1889 Gaspar

- N43B - *Pedro Wagner* \*31.12.1857 Gaspar, batizado 2.4.1858 Itajai. †3.10.1902 Gaspar "com 38 anos de idade" conforme seu assento de óbito, porém, em realidade tinha 44 anos.  
Pedro casou 5.11.1887 Gaspar, com Maria Joana de Maia \*1869 Rio Negro, PR, filha de João Bertolino Maia e de Rita Roza. No assento deste casamento consta que Pedro tem 29 anos, o que confere, porém que ele nasceu e foi batizado em SPA, o que está errado, pois seu assento de batizado foi encontrado em Itajai. Por enquanto foram identificados apenas dois filhos:

B149 - Miguel Wagner \*28.12.1888, Gaspar.

B150 - Evelina Wagner \*1897 †15.9.1903 Gaspar, com 6 anos de idade.

- N44 - *Cecília Wagner* \*29.6.1859 Gaspar, batizada "na Capela São Pedro, filial da Matriz do Santíssimo Sacramento de Itajahy" a 4.12.1859. Cecília casou, após 1885, com Roberto Siebert, ou Siewert, faltando maiores informações sobre data e lugar deste casamento e sobre eventuais filhos.
- N45 - *Felícia, ou Felice, Wagner* \*19.11.1860, batizada 22.2.1861 Gaspar. Parece que não casou e não há informações quanto a seu falecimento.



N46 - *Luis Wagner* \*8.12.1862 Gaspar e ali batizado a 15.3.1863 †25.1.1894 em Gaspar. Casou 14.2.1885 Gaspar, com Luiza Junk \*4.7.1858 em Gaspar, filha de José Junk e de Frederica Josiger. Luiza Junk era sua concunhada, pois ela era irmã de Maria, esposa de seu irmão Jorge Wagner.

Por enquanto foi identificado somente um filho:

B151 - Frederico Wagner \* e † 10.7.1893 Gaspar.

N47 - *Amalia Wagner* \*2.7.1864 batizada 4.9.1864 Gaspar, †13.8.1947 conforme sepultura em Belchior, em que consta a data de nascimento como sendo 9.7.1864. Casou com João Urbano Soares \*24.5.1872 †6.2.1941 também sepultado em Belchior Alto.

N48 - *Leopoldo Carlos Wagner* \*27.6.1866 batizado 11.9.1866 Gaspar. Ainda era solteiro em 1886, porém faltam maiores informações.

*Filhos de F6 - Georg Wagner (1826-1875) e de Rosaline Gustavine Voigt (1841-?)*

Novas informações foram colhidas após a publicação da biografia de Georg Wagner, em nossa edição de agosto pp.:

Sua esposa, Rosaline Gustavine Voigt nasceu a 16.10.1841 em Hageswagen(?) e era filha de Heinrich Voigt, residente em Belchior e de Wilhelmine, n. Bigoffé.

Após o falecimento de Georg, sua viúva casou em segundas núpcias a 30.6.1878 PEB com Max Peter Alexander Walldow \*9.1.1857, filho de Wilhelm Walldow e de Auguste, n. Mielker.

Filhos de Georg e de Rosaline:

N49 - *Mathilde Wagner* \*8.5.1857 batizada na PEB a 13.9.1857. Casou a 29.11.1875 PEB, com Ernst Schreiber \*18.9.1852 Hamburgo, filho de Wilhelm Schreiber e de Johanne Fiedl. Nada sabemos sobre os filhos deste casal, pois ainda não foi feita nenhuma pesquisa sobre a família Schreiber.

N50 - *Hermann Wagner* \*7.3.1859 pelo assento de seu casamento, ou 7.3.1860, pelo assento de seu batizado. Como as crianças eram, as vezes batizadas após mais de um ano de vida, é provável que a data certa seja 1859. Foi batizado 9.4.1860 PEB. Hermann era sapateiro em Warnow, faleceu 19.1.1946 com 86 anos de idade e foi sepultado no CEB. Ele casou 11.3.1884 PEB com Bertha Auguste Siebert, ou Siwert, \*16.8.1861, filha de Hermann Siebert e de Auguste, n. Thorey. Bertha faleceu 28.10.1945, com 84 anos de idade e foi também sepultada no CEB. Encontramos apenas 5 filhos do casal, porém é provável que haja maior número:

B152 - Olga Bertha Wagner \*21.8.1884, batizada 21.8.1887 PEB.

B153 - Agnes Wagner \*18.1.1888, batizada 25.12.1888 PEB.

B154 - Rudolf Wagner \*10.4.1890. Casou 19.8.1914 PEB com Anna Meldola \*28.12.1894 Blumenau, filha de Heinrich Meldola e de Wilhelmine Bläse. Pais de:

T148 - Helmuth Paul Ernst Wagner \*28.3.1915, batizado 23.5.1915 PEB, casou 8.2.1936 PEB com Evelina Werner.



- B155 - Helene Wagner \*10.11.1895 Blumenau. Casou 12.6.1918 PEB com Rudolf Koch \*1.6.1894 Blumenau, filho de Heinrich Koch e de Wilhelmine n. Koch.
- B156 - Tecla Wagner \*4.8.1903
- N51 - *Ferdinand Wagner* \*5.9.1861, batizado PEB, assento n° 44, sem data. Não temos nenhuma outra informação disponível.
- N52 - *Um filho*, nasceu morto a 3.12.1863.
- N53 - *Anna Therese Wagner* (Therese) \*23.12.1864 †29.6.1954 com quase 90 anos de idade tendo sido sepultada no CEB. Em seu túmulo consta Therese Wagner Tourigno, porém não dispomos de nenhuma informação a respeito de seu marido e de eventuais filhos.
- N54 - *Georg Erwin Wagner* (Erwin) \*12.8.1868 Itoupava, batizado 2.9.1868 PEB. Erwin era fabricante de charutos e casou com Hedwig Schneider \*1851, filha de Carlos Schneider e de Caroline Schneider. Pais de:
- B157 - Helena Wagner \*11.12.1893
- B158 - Helmuth Wagner \*24.10.1894 †26.12.1895 PEB
- B159 - Maria Wagner \*30.10.1896  
 Não sabemos se Erwin faleceu antes de 1906, ou se ele se separou da esposa, porém ela teve uma filha natural a 19.8.1906, conforme assento no Registro Civil do seguinte teor: "Nasceu a 19.8.1906 Inga Wagner, filha natural de Hedwig Wagner (Itoupava Seca) nata Schneider e de Julio Barth. Avós paternos Christiano e Catharina Barth, avós maternos Carlos e Carolina Schneider". Evidentemente, foi um erro do Registro Civil, registrar esta criança sob o nome Wagner.
- N55 - *Ida Wagner* teria nascida 18.8.1871 conforme informado pelo assento de seu casamento, porém esta data não pode ser exata, considerando a data do nascimento de sua irmã Linda, ou então a data da irmã está errada. Ída casou a 7.11.1892 PEB com seu primo Leopold Knoblauch \*25.8.1863 Blumenau, filho do Dr. Bernhard Knoblauch e de Dorothea n. Wagner (vide N7).
- N56 - *Linda Wagner* \*8.5.1872 Porto Alegre, batizada 1.8.1889 PEB. Ao fazer os preparativos para seu casamento foi constatado que ela não tinha sido batizada. Linda casou 8.8.1889 PEB com Hermann Grahl \*9.4.1869 Blumenau, filho de Christian Gotthelf Grahl e de Christine Sophie Boettcher. Christine Boettcher é uma dos 17 fundadores de Blumenau, erroneamente chamada de Christine Sophie Kohlmann, considerada como filha do pioneiro Kohlmann, quando em realidade ela era sua enteada.
- N57 - *Hulda Wagner* \*3.4.1874, batizada PEB 28.4.1874 †30.4.1874 com 27 dias.
- N58 - *Johann Richard Wagner* \*20.5.1876 PEB batizado 16.10.1877. Era filho póstumo, pois seu pai faleceu cinco meses antes dele nascer. Faleceu 14.6.1957 tendo sido sepultado no cemitério católico de Blumenau. Parece ter residido inicialmente em Florianópolis, onde possivelmente casou cerca de 1906 com Laudelina Jaques \*30.3.1874 †29.4.1957



Blumenau, sepultada mesmo cemitério, filha de Joaquim Jaques e de Lucinda Jaques. Mais tarde, ele foi durante muitos anos carcereiro em Blumenau. Pais de:

B160 - Leontina Wagner \*17.9.1907

B161 - Hercilio Wagner \*26.1.1910 Florianópolis. Casou com Clarinda Avancini, filha de Gabriel e Ernesta Avancini. Hercilio foi nomeado funcionário da Prefeitura Municipal de Blumenau a 23.5.1934 e se aposentou em outubro de 1962 como tesoureiro da mesma Prefeitura. Pais de:

T149 - Carlos Henrique Wagner \*9.2.1947

T150 - Terezinha Bernadette Wagner \*31.8.1948

T151 - José Luis Wagner \*23.12.1951

T152 - Rosana Salette Wagner \*15.9.1957

B162 - Olga Wagner \*5.6.1911

B163 - Guilherme Wagner \*10.4.1920 †30.5.1964 sepultado no mesmo túmulo que o pai no cemitério católico de Blumenau.

*Filhos de F7 - Mathias Wagner (1829-1885) e de Anna Maria Theiss (1855- ?)*

Pesquisas mais recentes permitiram fazer algumas retificações e completar a biografia de Mathias Wagner e de sua esposa.

Mathias morreu afogado, não no rio Itajaí e sim no rio Gaspar Grande. Sua esposa, Anna Maria Theiss, era filha de Valentin Theiss e de Gertrud Goedert (e não Guth) neta paterna de Jacob Theiss e de Catharina Scherer, neta materna de Jacob Goedert e de Anna Maria Schwarz, todos pioneiros da colonização de S.P.A.

Mathias não nasceu na Alemanha, nem durante a viagem. Nasceu a 2.12.1829 em SPA e foi batizado em São José no dia de Natal do mesmo ano. Ele foi portanto o primeiro brasileiro da família. O assento de seu batizado nos diz ser ele filho de Jorge Wagnen (Wagner) e de Catharina Kurzen(Kurz) que são o tronco da família Wagner no Brasil. Entretanto, nos fornece também os nomes dos avós que desconhecíamos. Assim, os avós paternos são Jorge Wagnen (Wagner) e Madalena Kleinien (deve ser Klein ou Kleine) e os avós maternos, Antônio Kurzen (Kurz) e Catharina Rildexen(?). Os padrinhos foram Mathias Palm e Christina Schmidt.

Mathias deve ter casado em Itajaí, em 1850 ou 1851 e foi residir à margem esquerda do Itajaí-mirim, em um sítio, que é hoje a cidade de Brusque. Em uma planta no livro "Brusque" obra magistral do Prof. Oswaldo Cabral, são assinaladas as terras de Mathias Wagner, que causaram problemas para a distribuição de lotes aos colonos, tendo ele sido finalmente indenizado e praticamente expulso de suas terras. Acreditamos que, naquela ocasião, ele foi residir em Gaspar Alto.

A localização de seus filhos não foi trabalho fácil, já que alguns foram batizados em Itajaí, outros em Brusque, em Gaspar e finalmente em Blumenau. Contando inicialmente com 5, identificamos agora 8 filhos, o que nos obriga a modificar a numeração. Provavelmente há mais alguns que não conseguimos descobrir.

N59 - Anna Wagner \*22.10.1851, confirmada na Paróquia Evangélica de



Brusque a 9.7.1865.

- N60 - *Maria Wagner* \*12.3.1854, confirmada na mesma Paróquia a 23.5.1869.
- N61 - *Valentin Wagner* \*6.9.1856, batizado 24.1.1857 em Itajai, tendo como padrinhos, seu avô Valentin Theiss e sua tia Dorothea Wagner. Foi confirmado na Par. Ev. de Brusque a 20.10.1878, quando já contava 22 anos e isto 2 dias antes de casar. Casou a 22.10.1878 na Par. Ev. de Brusque com Christine Elise Evers \*10.6.1857 na Fazenda Independência, Província do Rio de Janeiro, filha de Heinrich Evers e de Dorothea Jönck. Naquela ocasião Valentin residia na Colônia Príncipe Dom Pedro, perto de Brusque. Pais de, no mínimo, 2 filhas:
- B164 - Marie Margarethe Wagner \*22.8.1879, batizada 6.10.1879 PEB.
- B165 - Marie Anne Wagner \*15.6.1881, batizada 4.9.1881 Par.Ev.Brusque.
- N62 - *Catharine Wagner* \*2.5.1859 Brusque, batizada 10.7.1859 Itajai, sendo seus padrinhos Pedro José Werner e Catharina Palm. Ela casou 13.12.1878 PEB com Rudolph Otto Hermann Hein, ou Klein, de Brusque, \*29.4.1856 Schlensenhau, filho de Gottfried Hein ou Klein e de Auguste n. Runge. Pais de, no mínimo:
- B166 - Marie Auguste Charlotte Klein \*31.8.1879 batizada 26.10.1879 Paróquia Evangélica de Brusque.
- N63 - *Marie Charlotte Wagner* \*22.1.1862 Brusque, batizada 13.7.1862 Gaspar. Casou 6.9.1885 Par. Ev. Brusque, com Ludwig Carl Hermann Belz \*17.9.1861 Ronicken, Pommern, filho de Christlieb Belz e de Frederica Wiesinger. No assento deste casamento consta que Marie Charlotte residia em Blumenau. Pais de, no mínimo:
- B167 - Emil Belz \* fins 1886 †20.3.1888 Brusque, 1 ano e 4 meses de idade.
- N64 - *Philipp Robert Wagner* \*29.5.1865 Brusque, batizado 14.6.1865 Par. Ev. Brusque. Confirmado 1881 PEB. Casou 27.1.1891 PEB com Wilhelmine Emilie Caroline Seefeld \*7.6.1871 Polzin, filha de Carl Seefeld e de Philippine n. Buhmke. No assento deste casamento consta que os nubentes residiam ambos em Blumenau. Pais de, no mínimo:
- B168 - Leonide Philippine Wagner\*21.II.1891, conforme assento RCBlumenau
- N65 - *Gertrud Margarethe Wagner* \*18.5.1868, batizada 30.8.1868 Par. Ev. Brusque, confirmada 18.3.1883 PEB, com a informação de que residia em Gaspar.
- N66 - *Leonide Wagner* \*12.5.1876, batizada 28.12.1876 PEB, sendo seus padrinhos Franz Faust e Peter Lucas. Casou a 5.2.1896 PEB, apesar de residir em Gaspar Alto, com Heinrich Franz Wilhelm Peggau \*5.9.1875 Brusque, filho de Andraus Peggau, colono em Neu Braunschweig e de Juliane n. Krakow.

Em nossa próxima edição apresentaremos os filhos de Christian Wagner \*1816 (F1) conforme prometido em nosso número de setembro de 1976.





# A MULHER OPERÁRIA EM JOINVILLE

Situação, Preconceito e Discriminação (Projeto de Pesquisa)

AFONSO IMHOF (\*)

## JUSTIFICATIVA

O IBGE em categorização de Pessoas Economicamente Ativas dá um percentual de 20% de participação feminina num contingente de 30 milhões de trabalhadores. "A participação da mulher tem aumentado consideravelmente de ano para ano, a taxa média de 1%" (REZENDE, 1976)-

Com base em REZENDE (1976), podemos avaliar estatisticamente a menor percentagem da participação feminina no trabalho. Entre 1970 e 1972 o contingente de mulheres empregadas cresceu 8% na região da Guanabara e Rio de Janeiro. No mesmo período, o crescimento da mão-de-obra feminina em São Paulo, onde se concentram os maiores polos industriais do Brasil e que representam 31,60% da força de trabalho do país, o número de mulheres empregadas em 1973 alcançou 2.906.160 contra 7.450.588 homens. São Paulo, que detém o maior índice de mão-de-obra ocupada no país, possuía em 1973 o número de 1.991.253 mulheres empregadas. MARTINS (1972), estribado no relatório mão-de-obra feminina, do Grupo de Planejamento Setorial da Secretaria do Trabalho e Administração do Governo de São Paulo, dá o percentual de 28% para São Paulo e menos de 10% para o Brasil.

O aumento da participação de mão-de-obra feminina em quase todo o mundo, apesar da situação percentual ser sempre inferior a masculina, teve, como explicam GILBERT e ISAMBERT-JAMATI (1973: 319), "uma das razões essenciais do recurso maciço as mulheres nos diferentes empregos e em especial na indústria, foi a possibilidade de persuadí-las a aceitarem salários mais baixos". SAFFIOTTI (1969: 260), por sua vez, em níveis brasileiros, explica: "A concepção do trabalho feminino como um trabalho subsidiário favorece a oferta e aceitação de salários mais baixos que os masculinos".

Verificou-se, no município de Joinville, no período compreendido de 1960 a 1976, um grande crescimento industrial, aumentando consideravelmente o nível de empregos na zona urbana e um aumento no montante de força de trabalho feminino efetivo.

Experimentou este município reflexos do crescimento industrial ocorrido no Governo Juscelino, mais especificamente o reflexo da indústria automobilística. Esta indústria, necessitando de metalurgias e fundições de nível de qualidade técnica, encontrou numa das empresas locais (fundição) a fornecedora de uma boa porção de auto-peças.

Paralelamente ao crescente desenvolvimento dessa empresa, hoje a maior do Estado, outras emergiam e se expandiam rapidamente - a de plástico e refrigeradores, juntando-se a outras grandes mais antigas, como por exemplo, as têxteis, as malharias, confecções e química.

(\*) Do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Joinville, estudante de pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina.



Em conseqüência, Joinville passou a atrair mão-de-obra originária das zonas rurais da micro-região que polariza e de outras cidades carentes muitas vezes de oferta de trabalho.

Joinville vem observando taxas de crescimento demográficas excepcionais bastando caracterizar que o município cresceu no período 1960/70 a taxa de 6% a. a. e a cidade aproximadamente a 7,3% a.a., possuindo cerca de 90% da população na zona urbana.

A economia da região polarizada por Joinville (micro-região) manteve acelerado ritmo de crescimento industrial de 7,3% a. a. no período 60/68, sendo que entre 65 a 68 alcançou um ritmo excepcional de 11,5% a.a., detendo o maior volume da produção industrial de Santa Catarina.

Como se depreende, ocorre um crescimento industrial paralelo ao de Joinville na micro-região, concorrendo para diminuir a disponibilidade da mão-de-obra em Joinville proveniente da zona rural de municípios vizinhos.

Não havendo no município um exército de reserva masculino,<sup>2</sup> as indústrias estão recrutando desde 1975 mão-de-obra masculina em municípios mais próximos, realizando, inclusive, campanhas aliciatórias e, a título de atraí-la, oferecem transportes coletivos diários do lar ao trabalho e do trabalho ao lar.

A mulher em Joinville era até 1974 mão-de-obra destinada principalmente para as indústrias têxteis (tecelagem, fiações, malharias, confecções), plásticas, de refrigeradores e química. Era-lhe recusada a entrada na indústria metal-mecânica, mas a partir desse ano de 1974 assistimos a entrada da mulher como operária em uma empresa (a maior do município) e recentemente em outra menor.

Há dois anos atrás, a Fundação Tupy fez a primeira experiência com um grupo de cinquenta mulheres. A empresa fez um amplo estudo e chegou a conclusão de que havia muitos preconceitos, principalmente por ser este um tipo de experiência pioneira, e porque a maioria da população não tinha ainda uma mentalidade aberta para uma situação (3).

A mesma matéria deste jornal diz que a "experiência com as primeiras 50 mulheres demonstrou resultados altamente positivos, modificando, inclusive, os padrões de rendimento estabelecidos pela empresa, com base no trabalho masculino" (...).

Acreditamos que essa mudança dos compradores de força de trabalho, não tem como causa única a falta de mão-de-obra masculina em Joinville ou até mesmo na micro-região aludida. Uma outra causa indutora do emprego, possivelmente seja a manutenção dos atuais níveis salariais.

1 - A micro-região é composta dos seguintes municípios: Joinville, Araquari, São Francisco, Barra Velha, Garuva, Guaramirim, Jaraguá do Sul, Schroeder, Corupá, Campo Alegre, São Bento do Sul e Rio Negrinho.

2 - HARNECKER, Marta. (1973: 251-2): Exército de Reserva - trabalhadores disponíveis, desempregados ou excedentes. BERLINCK (1975.117) utiliza o termo exército industrial de reserva.

3 - Mão-de-obra feminina resolve problema de empresa do Norte. Jornal "O Estado", Florianópolis, 06 maio 1976, p. 9.



A falta de um exército de reserva masculino é evidente, e, com relação a disponibilidade de mão-de-obra feminina acreditamos existir, entretanto, os envoltimentos domésticos, principalmente o cuidado dos filhos impedem a concretização como exército de reserva e sua caracterização como tal.

Está comprovado pela PLANISUL (1975) que no período 1960/70 o emprego industrial em Joinville cresceu a 8% enquanto a população urbana cresceu 7,3% e no município, a 6%. Como se pode deduzir, há um índice menor de crescimento populacional em relação as reais necessidades do crescimento de empregos.

Poderíamos admitir que a mulher também tem oportunidade de vender sua força de trabalho em face da presente falta de um exército de reserva masculino.

Ocorrem-nos, entretanto, outras hipóteses que desejamos investigar, e utilizar um referencial teórico para explicar a realidade.

### Definição da Problemática e Hipóteses de Trabalho

O persistente empobrecimento das camadas de renda mais baixa da população urbana constitui um fenômeno estruturado da acumulação capitalista.

Observamos que a atual defasagem salarial do operário leva a mulher a vender sua força de trabalho nas indústrias, a fim de aumentar o índice salarial da família.

A nossa primeira hipótese de trabalho nasce relacionada a esse empobrecimento. Desejamos investigar a relação do empobrecimento, fruto da defasagem salarial e a entrada da mulher casada no mercado de trabalho.

Observamos famílias migrantes do meio rural da micro-região para o meio urbano local, formadas por casais de uma faixa etária em torno dos 40-50 anos, verem-se obrigadas a colocar a mulher a disposição do mercado de trabalho, ocorrendo uma nova adaptação da população nesse novo meio.

Essas famílias geralmente não concebiam em seu meio rural o trabalho assalariado da mulher casada como necessário, porquanto cabia ao homem casado assalariar-se e manter o lar. A mulher solteira, mesmo da zona rural, é facultado e aprovado vender sua força de trabalho na zona urbana, quer como "doméstica" ou operária, etc.

É possível haver uma desaprovação generalizada no meio rural para o assalariamento da mulher casada. Há uma concepção preconceituosa generalizada na sociedade, que vê a saída do lar para assalariar-se como um caminho para a prostituição ou para o prejuízo da educação dos filhos, etc. Migrando para Joinville, ocorre uma mudança na concepção desaprovatória: o homem permite a saída dela do lar e enfrenta essas barreiras psicológicas e morais.

Parece-nos que esse homem é condicionado a permitir e incentivar o trabalho assalariado de sua mulher em face de sua defasagem salarial (arrocho salarial).

Nossa hipótese torna-se consistente quando verificamos que essa mudança, que se opera nas famílias proletárias recém-imigradas, também passa a ser constante em antigas famílias provenientes de zonas rurais, compelindo a mulher a entrar no mercado de trabalho por força do empobrecimento progressivo.



Por outro lado, a progressiva entrada da mulher no mercado de trabalho tido anteriormente a 1974 como masculino não poderá ser explicada a contento com a perspectiva do empobrecimento das camadas de renda mais baixa da população urbana. O condicionamento da intensa atividade propagandística do comércio dirigida à classe operária pode ser também um fator importante.

Nossa hipótese sobre esse novo comportamento de oferta de empregos, ocorrido após esse ano, está em grande parte na manipulação dos mecanismos institucionais gerais e setoriais que possibilitam a espolição em maior grau do trabalho feminino. Ainda nessa ordem de hipóteses, achamos que a manipulação de um contingente feminino assalariado não se restringe unicamente a pagar menos (discriminação cuja existência tentaremos empiricamente comprovar), mas é efetuada também na exploração das potencialidades femininas advindas dos papéis a ela reservados pela nossa Sociedade (submissão, responsabilidade, místicas de mãe, disciplina, etc.).

A empresa pioneira na adoção do emprego de mulheres casadas e solteiras em 1974 revela-se otimista quanto aos aspectos, além da discriminação salarial que possivelmente pode estar ocorrendo, que nos levam a formulação da hipótese sobre a manipulação econômica da oferta de trabalho à mulher.

Em termos de manipulação, podemos ainda caracterizar hipoteticamente uma supervalorização da mulher relacionada a produtividade, podendo ocorrer futuramente uma discriminação em relação ao homem no mercado de trabalho.

O homem poderá sofrer essa discriminação na seleção. Essa mudança poderá forjar-se em nosso meio para garantir ao empresário um maior acúmulo de capital gerado pela mais-valia. Ela é encarada presentemente pelos empregadores locais da mesma forma como apresentou BOSI (1972: 86-7):

A mulher é na indústria aquele operário designado como sem qualificação, o que executa operações simples e repetidas que exigem apenas atenção e coordenação motora. Seu treinamento pede destreza em poucas operações e explicações tecnológicas elementares (...) e que as pesquisas nos mostram mais preocupado com o salário que com a natureza do seu trabalho.

Institucionalmente desconhecemos as vantagens proporcionadas à mulher, e à indústria, pela Lei Federal nº 6.136, de 07-11-74, e regulamentada pelo Decreto nº 75.207, de 10-01-75, que tratam do salário-maternidade, bem como da revogação da proibição de trabalhos noturnos as mulheres após às 22 horas.

Cumpre-nos investigar se também nessa empresa e noutras a oferta de empregos femininos cresceu com base nas vantagens que a respectiva lei veio trazer ao empregador, ou sejam, a transferência do salário maternidade para o INPS. Anteriormente a essa lei, a Justiça do Trabalho vinha reunindo um grande número de ações ajuizadas contra empregadores que utilizavam o expediente das demissões à mulher gestante ou aquela que concebera.

A manipulação dos mecanismos institucionais, gerais e setoriais referidos acima são demonstrados por BERLINCK (1975). O empobrecimento



é consequência de um mecanismo espoliatório - o arrocho salarial. O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, em nosso meio operário ocasiona uma rotatividade da mão-de-obra, objetivando proporcionar menores reajustes salariais. Indústrias têxteis, tradicionalmente compostas de proletariado feminino, em períodos críticos, despedem em massa e reempregam em massa após três meses. Fato análogo decorre em outras indústrias onde o maior contingente proletário é masculino. A rotatividade se processa assim: indústria A despede X operários, indústria B despede Y; a firma B emprega os despedidos de A e vice-versa. Os despedidos são geralmente os mais antigos que percebem uma remuneração superior aos novos. Admitindo-se novos operários, eles vão proporcionar uma maior acumulação capitalista, porquanto são mantidos baixos níveis salariais.

A problemática aqui apresentada leva a admitirmos a proposição de CARVALHO (1972: 47) de que o "trabalho feminino no Brasil é encarado como subsidiário e, como tal, recebe salários subsidiários".

Esta é uma concepção da sociedade industrial e do patronato. Em períodos críticos da indústria têxtil, registra-se a dispensa em massa da mulher, porquanto esta concepção vê a mão-de-obra feminina como subsidiária e temporária e a do homem, permanente e efetiva.

Despedir o homem operário (que é minoria nessa indústria) ao invés da mulher, fere o machismo, o orgulho do chefe de família, o mantenedor do lar. Supomos haver um consenso que legitima essa concepção machista.

Concebendo-se assim o trabalho subsidiário e a colocação da mulher nas flutuações da oferta, sedimenta a manipulação patronal de um contingente feminino no fluxo demissão-readmissão.

Este preconceito machista, aliado à sua falta de consciência de classe, facilita, certamente, essa manipulação patronal.

## METODOLOGIA

Além da revisão bibliográfica pertinente à problemática em apreço estudaremos a legislação trabalhista e sindical. Empreenderemos um estudo histórico-estatístico e comparativo da classe operária, desde o início do Governo Juscelino até 1964, e, depois desse ano, até os dias atuais.

Através de estudos históricos desejamos verificar os períodos em que ocorreram lutas de classes, lideradas ou não por sindicatos; também comparar o poder aquisitivo da classe operária nos períodos compreendidos entre 1956/1964 e 1964/1976.

Nesse último período reside, talvez, a origem do agravamento da pauperização do operário brasileiro, que, em termos locais, desejamos detectar, como uma contingência a saída da mulher do lar para o assalariamento na indústria.

A política salarial implantada após esse último período ficou conhecida como "arrocho-salarial" e as consequências desse mecanismo institucional deverão ser por nós meticolosamente analisadas e interpretadas à luz da hipótese do empobrecimento do operário.

A nível local, utilizaremos a técnica da entrevista individual, padronizada através de um formulário para possibilitar a quantificação estatística e, assim, deduzir dados relacionados à problemática.



Necessariamente, os formulários estarão compostos com a necessidade de se saber - o município de origem, causas da migração, procedência urbana ou rural, época da migração, empregos anteriores, salários, idade, número de filhos, necessidade que compeliram a mulher a trabalhar, proprietários ou não de imóvel em Joinville, admissões, readmissões, o papel da mulher, a concepção da mulher como assalariada, a opção quanto ao FGTS ou ao sistema de estabilidade, etc.

Nas indústrias têxteis pesquisaremos, através de entrevistas subjetivas não padronizadas, os funcionários qualificados para dimensionar a política salarial e empregatícia. Pretendemos levantar as preferências de oferta de emprego feminino quanto ao estado civil (casada ou solteira) anteriores ao surgimento da lei 6.136, que incumbiu o INPS do salário-maternidade, bem como no período posterior até os dias atuais.

Para efeitos comparativos e de avaliação da nossa pergunta deduzida do emprego em escala maior da mulher casada após essa lei, estabeleceremos semelhantes entrevistas em empresas metalúrgicas que passaram a utilizar mão-de-obra feminina após 1974. Os Sindicatos de classe também estarão sob a técnica do "survey" para levantarmos material empírico ligados ao fluxo demissão - readmissão, rotatividade de mão-de-obra e interpretações frente ao mecanismo da estabilidade, F.G.T.S. e do arrocho salarial.

Junto à Justiça do Trabalho local iremos tentar detectar os efeitos espoliatórios advindos do FGTS, instituído em 1966. Estudaremos o período anterior à instituição desse mecanismo e a sua posterior aplicação neste município após 1966.

## BIBLIOGRAFIA

- BOSI, Eclêa. *Cultura de Massas e Cultura Popular: Leituras Operárias*. Petrópolis, Vozes, 1972.
- BERLINCK, Manoel T. *Marginalidade Social e Relações de Classes em São Paulo*. Petrópolis, Vozes, 1975.
- CARVALHO, Maria Luiza de. *A Mulher no Mercado de Trabalho Brasileiro*. In: Revista Vozes, Petrópolis, Vozes, ago. 1972, n° 6, v. LXVI, p. 461
- COSTA, Rubem Vaz da. "A Mulher no Brasil II". *Folha de São Paulo*, 29 jun. 1975, p. 2, 1 c.
- GILBERT, Madeleine e ISAMBERT-JAMATI, Viviane. "A Distribuição por Sexo". In: FRIEDMANN, Georges e NAVILLE, Pierre, org. *Tratado de Sociologia do Trabalho*. São Paulo, Cultrix, 1973, v. 1. p. 304-323.
- HARNECKER, Marta. *Os Conceitos Elementais do Materialismo Histórico*. Santiago, s. ed., 1973.
- MARTINS, Itaborai. *Trabalho de Mulher está cercado de Preconceitos*. O Estado de São Paulo, 05 mar. 1972, p. 29.
- PLANISUL. *Projeto de Implantação do Distrito Industrial, v.II*. Joinville, Prefeitura Municipal de Joinville, 1975.
- REZENDE, Zélia Pinho. *A Participação da Mulher na Força de Trabalho*. A Notícia, Joinville, 30 jan. 1976, p. 4.
- SAFFIOTTI, Heleieth, I. B. *A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade*. São Paulo, Quatro Artes, 1969.



## COLABORAÇÃO DE LEITORES

No sentido de incentivar os valores novos das nossas letras e de promover condignamente a pesquisa e a divulgação dos estudos sobre a História de Santa Catarina, de modo particular os assuntos atinentes ao vale do Itajaí, esta revista aceita colaborações dos seus leitores.

Convidamos pois os historiadores, professores de História, museólogos, bibliófilos e universitários, enfim todos os pesquisadores, cultores e estudiosos das nossas tradições culturais, a submeterem à Redação de "BLUMENAU EM CADERNOS" os seus artigos, teses, comunicações e obras semelhantes, bem como as suas sugestões sobre assuntos da História catarinense que mereceriam divulgação nestas páginas.

Receberemos portanto com imenso prazer, para exame e possível publicação, trabalhos como: biografias, narrativas de episódios históricos, genealogias, memórias e diários; críticas de livros ou artigos em periódicos; estudos de arqueologia, cartografia, cronologia, diplomática, epigrafia, heráldica, iconografia, indumentária, numismática, paleografia e sigilografia; cartas, certidões, testamentos e outros documentos históricos; estampas, descrições e reconstituições de obras arquitetônicas; estudos de filologia, geografia e toponímia histórica; bibliografias sobre vultos catarinenses, episódios históricos e histórias municipais; traduções de obras raras; acréscimos e retificações a livros antigos ou novos; sugestões para republicação de obras raras ou pouco conhecidas; artigos e estudos inéditos de pesquisadores falecidos etc.

Sugerimos apenas apresentar os originais datilografados em uma só face do papel, em espaço nº 2, formato ofício.

Quando for o caso, os artigos deverão indicar precisamente as obras consultadas para a sua elaboração, isto é, a sua bibliografia. Permitimo-nos lembrar a propósito que, de acordo com o recomendado nos cursos de metodologia do trabalho científico e, mais especialmente, nos cursos de biblioteconomia, na citação de livros a técnica exige que se observe a seguinte norma nas indicações: o autor, o título da obra e sua edição, a cidade em que foi publicada, a editora, o ano da edição, a indicação das páginas. Na citação dos artigos: o autor, o título do artigo, o nome do periód-



dico (jornal, revista etc.) e a cidade em que foi publicado, a data completa de publicação (inclusive o dia e o número da edição, quando for o caso), as páginas.

Serão devolvidos, a pedido dos autores, os originais que não sejam aproveitados.

A Redação

## O CONDE D'EU EM VISITA A BLUMENAU EM DEZEMBRO DE 1884

FREDERICO KILIAN

Pesquisando fatos históricos de Blumenau, ocorridos nos primeiros anos da emancipação da Colônia, deparamos no jornal "Blumenauer Zeitung", edição Nº 51 de 20 de Dezembro de 1884 com o relato da visita do Conde d'Eu, esposo da princesa herdeira do trono imperial do Brasil, que aqui esteve nos dias 15 e 16 de Dezembro daquele ano de 1884.

Escreve o redator do citado semanário que - conforme fora anunciado pela Presidência da Província, o Conde d'Eu resolvera fazer uma visita ao recém-criado município de Blumenau, tendo chegado no dia 15 de Dezembro entre 3 e 4 horas da tarde. Já desde cedo a vila engalanara-se para receber condignamente Sua Alteza e se preparava para proporcionar sua curta estada da mais aprazível forma possível. Tão logo que o vapor "Progresso" anunciava com longos apitos a sua aproximação à cidade, uma incalculável multidão se dirigiu ao porto local e às margens do Rio Itajaí-açu para assistir a chegada do ilustre visitante e dar-lhe as boas vindas, aportando Sua Alteza ao som do hino nacional executado pela banda musical local e sob os brados de "Vivas" da população aglomerada no porto de desembarque.

Após as apresentações protocolares e do estilo, formou-se um préstito, puxado pelas bandas musicais de Rüdiger e Lingner, tendo a frente os alunos do Colégio São Paulo (hoje Santo Antônio), conduzindo Sua Alteza até a igreja católica onde foi realizado um solene "Te Deum". A seguir, voltando ao local da sede, Sua Alteza visitou a Coletoria, como também a Câmara Municipal, onde lhe foram apresentados também os arquivos da colônia e da Câmara. Após curta demora o préstito dirigiu-se ao edificio Schreep, onde a Câmara havia reservado aposentos para o visitante e sua comitiva e onde também, pelas 6 horas se realizou um banquete em honra do ilustre visitante.

À noite a cidade apresentou-se festivamente iluminada com lâmpões multicolores. Não só a Alameda das Palmeiras estava feericamente iluminada, mas também da mesma forma as casas da vila, desta-



cando-se várias residências particulares, dentre as quais a do Sr. Gaertner. O príncipe ficou encantado pelo festivo aspecto, externando sua admiração e entusiasmo aos presentes ante tão fabuloso panorama de luzes. Após um ligeiro passeio pelas principais ruas da vila, Sua Alteza compareceu à uma reunião dançante, realizada em sua honra no Salão dos Atiradores, onde, antes do baile, as sociedades de cantores "Germânia" e "Urania" se apresentaram com os seus coros orfeônicos, executando vários números de seus repertórios, cujos cantos mereceram os aplausos do homenageado.

Na manhã seguinte foi improvisado um passeio de carruagem até a casa do Sr. Clasen (hoje residência do Sr. Dr. Julio Zadrozny). Antes da entrada naquele bairro, em frente a casa do Sr. Höppner, o príncipe foi recebido por uma delegação de senhoritas e moços à cavalo, onde uma das moças o cumprimentou com uma breve alocução, sendo-lhe ofertados, por parte das moças, vários ramalhetes de flores. Após esta curta interrupção, a caravana prosseguiu até o bairro de Altona, tendo à frente a delegação de recepção e, chegados a casa do Sr. Clasen, foi oferecido pelo dono da casa ao ilustre visitante e sua comitiva alguns refrigerantes e petiscos, tendo nessa ocasião Sua Alteza expressado seus agradecimentos pelas surpresas que lhe foram proporcionadas, declarando ainda em conversa que, pelo que havia observado pessoalmente, não era tudo verdade o que havia escrito Zöllner sobre a nossa colônia. (Observ.: Deve ter sido qualquer crítica publicada sobre Blumenau e sua gente).

Como, porém, Sua Alteza pretendia ainda regressar na tarde desse dia, todos tornaram à sede da vila, porém, na volta foi feita uma ligeira parada na casa do Sr. Höppner e também uma visita a cervejaria do Sr. Hosang, cujo estabelecimento e maquinário despertou muito interesse e causou o agrado de Sua Alteza.

Chegados à sede da Vila, o príncipe ainda visitou rapidamente as escolas, a Igreja Evangélica, Cadeia, Hospital, etc., tendo também, na parte da manhã já visitado a fábrica de malhas e tricotagem do Sr. Hermann Hering Senior, onde com muito interesse observou todas as instalações e os maquinários empregados naquela indústria, elogiando o espírito pioneiro do Senhor Hering.

Logo depois do meio dia, entre 1 e 2 horas da tarde, Sua Alteza retornou à Itajaí, após ter se despedido cordialmente das autoridades e pessoas que o haviam acompanhado até ao ponto do embarque, sendo saudado ainda, em despedida, pelos brados de "Vivas" dos presentes.

Sua Alteza deixou em todos que com ele tiveram contato durante a sua visita aqui uma ótima impressão, conquistando desde logo o afeto e o respeito de todos eles. O príncipe mostrou-se de uma forma tão cordial e amável conseguindo de imediato captar os corações e a simpatia dos blumenauenses, e o fato de ter usado, em suas palestras com os alemães a língua materna destes despertou nos mesmos imensa alegria.



O Conde d'Eu foi acompanhado até Itajaí por alguns moradores da Vila, os quais externaram o pedido feito ao príncipe de não se esquecer de Blumenau, ao que o príncipe afirmou que sempre conservaria em boa memória os agradáveis dias que viveu em nosso meio e as gentilezas de que foi alvo e que levava a firme convicção de que a colônia continuará numa senda de constante progresso e prosperidade, despedindo-se com estas palavras de seus acompanhantes blumenauenses.

Ao deixar Blumenau, o príncipe entregou ainda à Câmara Municipal a quantia de 100\$000 Rs. para ser distribuída aos pobres.

Nas notas locais do mesmo jornal acha-se registrado um doloroso fato ocorrido por ocasião da viagem do Conde d'Eu a Blumenau.

É que de Itajaí haviam contratado a banda musical do Sr. Schneider, para tocar naquela cidade na recepção do Conde d'Eu, pelo que três homens dessa banda musical se dirigiram, com seus instrumentos, viajando de canoa à Itajaí. Mas quis o destino que os mesmos se atrasaram e quando se aproximavam da Barra do Itajaí-mirim, o vapor "Progresso" já vinha subindo com o príncipe a bordo. Por um descuido do canoeiro, as ondas produzidas pelo vapor fez com que os três ocupantes da frágil embarcação perdessem o equilíbrio e caíssem no rio.

Dois dos mesmos se salvaram nadando, mas o terceiro, um rapaz de 17 anos, filho do mestre pedreiro Gauche, de Blumenau, pereceu afogado. Este fato impressionou mui dolorosamente a todos e principalmente ao Conde d'Eu, que afirmou ser este fato o único ponto negro de toda sua viagem que até então havia decorrido sem quaisquer contratemplos ou acidentes.

---

*NOTAS LOCAIS - Blumenauer Zeitung - Vol. 1 de 20-5-1882 a 20-12-1884*

Nº 35 - 25-8-1883: Para acabar com as discussões e brigas, por publicações nos jornais "Der Immigrant" e "Blumenauer Zeitung" ambos estes jornais receberam um apelo dos mais destacados membros da cidade, redigido nos seguintes termos: "Os abaixo assinados interpelam com este os redatores do "Blumenauer Zeitung" como também do "Immigrant" para que cessem d'ora em diante não interessam de forma alguma aos leitores, prejudicam os próprios jornais e só servem para sapar para fora o bom nome e conceito de nossa colônia. Esperamos com toda certeza que este nosso pedido seja atendido e assinamos: Blumenau, 14 de Agosto de 1883 - (assinaram o apelo) Otto Stutzer - A. D. Persuhn - A. H. v. Hartenthal - Gustav Salinger - Franz Lungershausen - A. Meldola - Louis Altenburg - C. Friedenreich - H. Clasen - Andreas Grassmann - Jacob Gräser - Peneder - Hugo Riedel - Bernhard Hoepner - F. v. Ockel - L. Knoblauch - H. A. Meldola - J. Baumgarten - F. Faust - H. Köhler jr. - Emil Gropp - G. Grahl - G. Hiendlmeyer - Fr. Rabe.



# Peripécias de um antigo viajante

CARLOS HENRIQUE HILDEBRAND

CARLOS HENRIQUE HILDEBRAND, natural de Bremen formado em medicina e botânica pela Universidade de Heidelberg, abraçou a carreira de *Musterreiter*. (Viajante) mais por diletantismo do que por necessidade. A *Flora Brasileira* o atraiu até o fim de sua vida. Faleceu em Blumenau, na residência de seu filho Bruno Hildebrand, então prefeito de Blumenau, no dia 4 de Novembro de 1947. Conforme seu último desejo, foi sepultado em São Bento do Sul, ao lado de sua esposa, Amália Berold Hildebrand.

Atendendo a um convite de Amigos, de relatar na minha qualidade de viajante mais antigo ainda em atividade, alguma cousa da minha vida passada, quero tentar dar um quadro verídico dos costumes e da vida d'um caixeiro-viajante naquele tempo. Não pretendo escrever um romance, quero contar apenas em palavras toscas algo, que talvez possa interessar aos modernos colegas.

Entrei em maio do ano 1889 como viajante na casa "Cristiano Reuter", Porto Alegre, Praça 15 de novembro; Louças, metais e miudezas.

Existiam no estado do Rio Grande do Sul apenas duas linhas de estrada de ferro; o trecho Porte Alegre-Novo Hamburgo e Margem de Taquari-Santa Maria da Boca do Monte. Estradas de rodagem não existiam, apenas caminhos, que em tempo de chuva tornavam-se intransitáveis. Todas as nossas viagens eram feitas a cavalo; os animais de montaria eram mulas, que em estradas pesadas dão mais segurança de que o cavalo.

Quando vejo hoje os nossos colegas viajar de colarinho e gravata, enfim bem vestidos, viajando comodamente de trem, ônibus ou de auto próprio, me lembro dos nossos tempos quando, vestidos de bombachas, botas, lenço no pescoço, chapéu de aba larga com barbicacho, montados nas nossas mulas, lutávamos com o pântano das estradas.

O comércio dividiu o estado Rio Grande em 4 zonas comerciais:

1) Colônias alemães; compostas da zona Mundo Novo, Cai, Maratá, Picardas Velhas e Taquari.

2) Colônias italianas; com Caxias, Bento Gonçalves, Alfredo Chaves, Garibaldi, Antonio Prado e Capoeiras.

3) A campanha; incluindo Sta. Cruz, Candelária, Cachoeira, Sta. Maria, Cacequi, Alegrete, Sant'Ana do Livramento, Uruguaiana, enfim toda fronteira.

4) A serra; começando em Sta. Maria, Tupaceretan, Vila Rica, Taquarimbó, Cruz Alta, Ijuí, Passo Fundo até Marcelino Ramos.

Como todo o principiante, comecei a viajar nas colônias alemães.



Os primeiros 30 quilômetros de Porto Alegre a Novo Hamburgo eram feitos de trem. Em Novo Hamburgo começou a minha zona onde devia desenvolver a minha atividade comercial.

As casas comerciais forneciam ao viajante o seguinte:

1 animal de montaria

Arreios completos

1 poncho de pano azul forrado de baeta.

Uma despesa de Rs. 3\$500 por dia.

O dinheiro para as despesas de viagem recebia-se em viagem, pois todo freguês pagava a sua fatura da viagem passada; mula, arreios e poncho encontrei na casa, onde o meu antecessor os tinha deixado. A vida era barata, pois o vendeiro, querendo saber novidades e tudo que se passava no mundo, hospedava o viajante com grande prazer; nenhum negociante cobrava hospedagem; pagava-se apenas o milho para o animal, que geralmente custava 300 réis e a bebida, cerveja, 120 réis a garrafa. A chegada do viajante, significava para o negociante uma festa. Depois de ter contado as novidades, pois jornais quase não havia e as agências do correio eram poucas e muito distantes, tratava-se de negócio. Quantas vezes me aconteceu, que o negociante, perguntado, que mercadorias lhe faltavam, respondeu: "O que no momento me falta não sei, o Amigo veja e me mande artigo vendável, você deve saber melhor do que eu, o que se vende nesta zona".

Existia por parte do negociante uma confiança absoluta no proceder do viajante e posso garantir, que nenhum viajante tem abusado desta confiança, a organização e dignidade da classe dos viajantes, nunca teria permitido um proceder indigno.

No ano 1890 começou-se a construir algumas estradas ou melhor, caminhos para trânsito de carretas e as mercadorias, que eram transportadas em cargueiros, começaram a viajar de carretas, puxadas por 4 ou 6 animais. Reconhecendo então a vantagem deste modo de transporte, o comércio conseguiu do governo do estado, a construção de sempre mais estradas. A concorrência em todos os ramos aumentava e o negociante, pelo menos na maioria, começava a explorar o viajante das colônias alemães; era necessário convidar o negociante a tomar uma garrafa de cerveja inglesa para poder vender.

Bancos havia somente em Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas; em muito poucos lugares do estado, os bancos mantinham correspondentes.

A freguesia pagava a sua dívida de viagem em viagem e assim éramos obrigados de carregar, às vezes, quantias avultadas durante semanas até aparecer um portador, colega viajante, negociante ou outra pessoa idônea, que viajava com destino a Porto Alegre. O mais inconveniente para o viajante eram os pagamentos em moeda de ouro; principalmente as onças chilenas, que estavam em regular circulação e que pesavam bastante.



O fato de carregar sempre dinheiro, não deixava de significar para o viajante um perigo de vida; nos anos de 1890 a 1910 foram assassinados 8 colegas. Pobres amigos e colegas, vítimas do dever; a terra vos seja leve!

Constantemente viajando a cavalo, exposto a tempéries e perigos criou-se um tipo especial de viajante, um intermediário entre comprador e o atacadista, uma pessoa de confiança de ambas as partes. O vendeiro pouco viajava, ele conhecia o viajante, que o visitava, a firma porém, somente pelas faturas impressas e pela correspondência. Numa ocasião, um freguês meu veio a Porto Alegre pagar a sua dívida e fazer novas compras Entrando no escritório da casa, perguntou por mim e quando o meu chefe respondeu, que eu no momento não estava, disse: "Que pena, queria pagar a minha última fatura" e quando o chefe respondeu, que nada obstava fazer o pagamento ao guarda-livro da casa, ele respondeu: "Não, a ele comprei e a ele pagarei".

Em 1893 a minha casa me confiou a viagem da campanha. O modo de viajar agora era diferente. As estradas da campanha eram trilhos feitos pelo casco do animal; para poder transitar nestas estradas, usamos uma espécie de diligência, puxada por 6 ou 8 animais. Esta diligência era uma carretinha de duas rodas como quase em toda parte os padeiros usam e tinha lugar para as malas de amostras, bagagem e cozinha; os animais eram guiados da boléia. Camaradas e viajante levavam os animais de revezo por diante.

Logo depois de ter feito a minha primeira viagem para esta zona, arrebentou em 1894 a grande revolução. O comércio de Porto Alegre na sua grande maioria, era favorável ao partido federalista; pois a tarifa especial e outras vantagens para o comércio, projetadas pelo Gaspar Silveira Martins, o fizeram simpático à revolução.

Viajei durante toda a revolução; tanto as forças castilistas como federalistas tiveram todo interesse da continuação destas nossas viagens, pois deixando de viajar, o comércio que fornecia as forças, ficava então sem mercadorias. Todos nós viajamos com passaportes e recomendações de comandantes e chefes dos dois partidos; as vezes sem esperar, estava-se no meio das forças revolucionárias para umas horas depois nos encontrar com forças do governo.

Numa ocasião eu fui detido pelas forças do Coronel Maneque Lautert na vila Estrela; era uma força de patriotas do governo, que se conhecia pela fita branca no chapéu. Como eu vinha da linha Teutônia, que estava ocupada pelos revolucionários, me interrogaram a respeito destas forças do General Palmeira. Respondi todas as perguntas vagamente e o Coronel mandou soltar-me; tinha provocado a desconfiança deles, o meu livro de encomendas, em que ele encontrou em diversos pedidos "Espoletas de papel para pistolas de crianças".

Logo depois tive de fazer outra viagem. Em viagem de Santa Maria a Cruz Alta encontrei-me perto da vila Tupaceretam com a retaguarda



do Gomercindo Saraiva, que marchava para Cruz Alta, perseguido pelas forças do General Firmino de Paula. Preso por um piquete de patriotas das forças do Gomercindo, fui levado ao Capitão Comandante e interrogado; nada me adiantaram as minhas explicações, os soldados se atiraram sobre as minhas malas de amostras e as abriram a força. Em poucos minutos desapareceram as minhas amostras de facas, pistolas e revólveres, tão bem arrumados em cartões. Vendo, que toda a reclamação era inútil, pedi de ser levado até o Major comandante em chefe da retaguarda; fingi de saber alguma notícia de importância e o capitão mandou-me até o acampamento do chefe dele. Não posso lembrar-me do nome deste distinto cavaleiro, a quem devo muitas obrigações, mas nunca me esquecerei dele; homem culto, fazendeiro perto de Alegrete, revolucionário e federalista convencido, ficou este Major indignado com o procedimento do comandante do piquete e mandou imediatamente chamá-lo. Passando uma descompustura, ele despediu o capitão com as seguintes palavras: "Note bem, capitão, até às 9 horas de amanhã, estejam aqui todos os objetos tirados e que não me falte uma só peça". Tive ocasião de verificar a disciplina deste corpo irregular; de fato, no dia seguinte recebi todas as minhas amostras. Havendo naquele dia muito movimento das forças, o Major me aconselhou de não viajar; atendi a este conselho e fiquei o resto do dia e a noite hóspede do Major.

Com certo receio, encontrando-me seguidamente com piquetes e forças do Gomercindo em marcha, continuei a minha viagem, chegando finalmente em Cruz Alta, onde me hospedei no Hotel Espelet. Já sabia, que as forças do Gomercindo estavam entrincheiradas ao Norte da cidade de Cruz Alta, mas não se esperava a rapidez, com que o General Firmino de Paula seguia a retaguarda do inimigo.

Acordamos de madrugada assustados com tiros de artilharia. As forças do governo tinham começado a fazer fogo contra as trincheiras dos revolucionários; Gomercindo respondia a este fogo e os obuses cruzaram-se em certa altura sobre a cidade. Este duelo de artilharia durou horas e nós, escondidos no porão do Hotel, aguardamos ansiosamente o fim do combate. À tarde enfim, o General Gomercindo retirou-se em direção a Passo Fundo, perseguido pelas forças do General Firmino de Paula. Nesta marcha de retirada, Gomercindo morreu e o irmão Aparício Saraiva, receiando, que a noticia da morte de Gomercindo desanimasse as forças, enterrou-o em lugar conhecido por poucas pessoas. Aparício então comandante em chefe, continuou a sua marcha e atravessou a divisa do estado de Santa Catarina.

Com a pacificação do Rio Grande, o comércio deste estado entrou em crise. Diversas firmas importantes do interior, que tinham sacrificado dinheiro a favor de um ou outro partido, faliram ou tiveram que pedir concordatas ao comércio de Porto Alegre.

Em princípios do ano 1898 mudei de casa; entrei como viajante em uma casa de ferragens e comecei de viajar para uma zona nova para o comércio de Porto Alegre. Como já tive ocasião de dizer; não havia es-



tradas que ligavam o planalto de Sta. Catarina com o litoral deste estado. O transporte das mercadorias, em cargueiro e em picadas estreitas dentro da serra de mata virgem e continuo perigo de índios e bandidos, tornava-se difficil. Mais conveniente para o tropeiro, era a viagem para diversos lugares do estado do Rio Grande; não havia serra a atravessar e as tropas viajavam no campo, onde os animais encontravam pasto a vontade e sem despesa para o tropeiro.

Acondicionadas em caixas de 45 a 50 quilos cada uma, prontas para colocar no lombo do animal, o comércio de Porto Alegre remetia as mercadorias via fluvial a Taquara, São João ou São Sebastião do Cai, onde o tropeiro serrano as carregava.

Desenvolvendo-se o comércio da serra catarinense a passos largos e dando-se esta facilidade de transporte, o comércio de Porto Alegre resolveu mandar viajantes para aquela zona.

Como as casas naquela região eram bem distantes uma da outra e como naquele tempo em toda serra não havia hotéis, tivemos de carregar roupas, barracas, cozinha e mantimentos. Viajei durante muitos anos em sociedade com um amigo e colega da Casa Chaves e Almeida, repartindo em partes iguais as despesas de viagem. Representamos diversos ramos; o meu amigo fazendas e eu ferragens e drogas; assim um não prejudicava o outro e a freguesia era a mesma. Juntando as nossas comitivas, pois cada um de nós levava 2 camaradas e 20 a 25 animais, representávamos uma tropa regular. Entre fazendas e ferragens sempre tivemos 8 cargueiros de amostras; além disto cargueiros para roupas, barracas e mantimentos; para todo cargueiro e camarada ia um animal de revezo; também levamos cada um, dois animais. Os 4 camaradas repartiam o serviço; dois deles com o guri madrinheiro tratavam dos animais, enquanto um dos outros camaradas encarregava-se do serviço do acampamento e o outro da cozinha.

A nossa vida era a do tropeiro; pão, naturalmente não havia; carregamos café, açúcar, feijão, arroz, sal, toucinho e farinha de mandioca; de 8 em 8 dias, carneávamos uma novilha, comendo assim dois dias carne verde, depois charque frescal; as mantas de carne iam de sobrecarga nos cargueiros. Ainda hoje, as vezes tenho saudades de um petisco, que nestas viagens saboreamos seguidamente; um churrasco de charque frescal, posto antes, uma ou duas noites na fumaça do fogo do nosso acampamento.

Já antes de clarear o dia, vinha o camarada com o chimarrão; depois de vestidos, tomamos café; em lugar de pão, comíamos um churrasco com farinha para depois montar a cavallo e viajar até mais ou menos o meio dia. Quando chegava a hora da sesteada, um dos camaradas ia adiante procurar um lugar apropriado e de bom recosto para os animais; enquanto três dos camaradas tiravam arreios e cangalhas dos animais, o cozinheiro fazia fogo; em poucos minutos a feijoada, já cozida na noite anterior, estava no fogo e o arroz escolhido. Enquanto o churrasco assava, tomamos chimarrão a vontade.



A sesteada era sempre de duas horas; passado este tempo, montamos de novo a cavalo para viajar até a tarde. Ainda com sol escolhemos o lugar do pouso; cada um dos camaradas conhecia a sua obrigação e em menos de uma hora, estávamos com o nosso acampamento armado.

Chegando perto da casa de algum freguês isolado, parávamos a certa distância e armávamos o nosso acampamento. Os negociantes da campanha não convidavam os viajantes ou outras pessoas a pousar dentro de casa; ofereciam apenas o galpão. Estes galpões procurávamos sempre evitar o mais possível; os porcos soltos deixavam-os cheios de pulgas e bichos do pé, o pouso ao ar livre era preferível. As amostras iam para a casa do cliente, trabalhávamos e depois seguimos de novo viagem.

Todas as casas comerciais espalhadas no campo estavam muito bem sortidas; o negociante, homem geralmente decidido e sempre armado, pois não havia nenhuma casa destas, sem ter duas ou três armas Winchester de baixo do balcão, sempre em prontidão; ele fazia pagamento e compra sem amolar o viajante. Trabalhava-se e seguia-se adiante. Aproximando-nos d'uma vila, onde moravam mais de que um negociante, fazíamos geralmente o nosso acampamento perto em lugar apropriado; raras vezes encontrava-se casa desocupada, onde poderíamos ter acampado. As amostras iam para a casa do freguês e eram mudadas, conforme a necessidade, por um dos camaradas com dois animais cargueiros. Somente na cidade de Lages os nossos Amigos sempre conseguiam casas desocupadas. Naturalmente as nossas camas eram, como sempre nestas viagens, os arreios, em que, uma vez acostumado, dorme-se tão bem como em cama de molas. Os nossos camaradas, todos eles vacarianos, talvez nunca na vida deles, tinham dormido em cama, pois o campeiro vacariano, vive e dorme nos arreios.

Numa ocasião fui chamado pela Casa a Porto Alegre; segui apressadamente, levando apenas um camarada com dois animais de revezo. Chegando em São João de Montenegro, onde tive de embarcar no vapor fluvial, deixei camarada e animais. À noite, antes de embarcar, aproveitei a ocasião de visitar alguns amigos e quando cheguei no Hotel, vi um vulto deitado na porta (do Hotel): chamando-o, respondeu o meu camarada: "Patrão, não pude dormir n'aquela gaiola, me levantei e fiz a minha cama aqui fora". O tipo destes nossos camaradas vacarianos, hoje não existe mais; eram homens corajosos, fiéis e de toda confiança. Eu tive o mesmo camarada durante 9 anos; a Casa Chaves & Almeida manteve o mesmo camarada durante 30 anos. Este velho camarada conhecia bem a freguesia da Casa e ensinou muito viajante novo a viajar. Nas nossas viagens em sociedade, estes dois camaradas eram os mordomos do acampamento; os outros camaradas mudaram de vez em quando. Quando entrava um novo peão desconhecido, o camarada de confiança não se descuidava, vivia de olhos abertos e à noite fazia a sua cama na boca da minha barraca.

Como estas viagens, atravessando sertões, habitados por índios bravios, eram perigosas, contratávamos sempre em certos lugares guias, os chamados bugreiros ou caçadores de bugres. Havia espalhada na serra uma



família "Martins"; o velho, dois filhos e alguns sobrinhos, que contratavam viagens pelos sertões, acompanhando em lugares perigosos, as tropas a pé. Para agredir uma tropa os índios botucudos preparavam uma trincheira de taquaras trançadas tão bem, que somente a pessoa de muita prática a conhece. Escondidos atrás desta trincheira trançada, os índios atiram as suas flechas sobre a tropa. O bugreiro porém, de longe conhece estas trincheiras; é suficiente um tiro de arma de fogo, para afugentar um bando de índios, que debaixo de barulho infernal, gritos e assobios, fogem matto a dentro. O tropeiro inexperiente porém muitas vezes tem sido vítima destes ataques.

Viajando numa ocasião de Curitiba ao Corisco, encontramos mulas mortas na estrada; mantimentos despejados no caminho e a falta dos ferros nas cangalhas, arreios e mesmo nos cascos dos animais chamaram a nossa atenção. Ainda estávamos contemplando este quadro triste, quando apareceu um caboclo, morador de perto e nos contou, que no dia anterior tinham sido assassinados pelos índios, dois tropeiros e um guri madrinheiro; os índios tinham levado todo ferro e a moeda metal, deixando dinheiro papel na estrada. Os mortos já estavam enterrados. Mais tarde soube, que nesta ocasião o caboclo tratou com o nosso guia Salustiano Martins para si e seus vizinhos uma expedição de vingança nos índios. Na minha viagem seguinte comprei ou melhor, troquei por arroz, açúcar e café, diversas flechas com ponta de ferro. Estas armas guardei durante anos, mas na minha mudança de Porto Alegre a Florianópolis as perdi.

É natural, que nestes trechos perigosos viajamos de baixo de certas medidas de precaução; nunca se armava o acampamento na costa do matto, pois o bugre, quando ataca, não sai do matto; também na claridade do fogo grande ele não se aproxima; assim fazíamos os nossos acampamentos geralmente no meio de campinas, sustentando principalmente de madrugada um fogo de gente rica, como diziam os camaradas. A madrugada é a hora mais perigosa.

A nossa chegada em Lages para nós e nossos Amigos era uma festa, haviam casas fortes e as nossas vendas eram boas. Quase todos os negociantes pagavam as suas faturas adiantado no ato da encomenda.

Em Lages, chegando em maio de 1902 vindo de Curitiba, tivemos de passar por um grande desgosto. Em toda viagem tivemos na nossa frente o colega e amigo Ernesto Canozzi, a quem pretendíamos alcançar ainda em Lages. Logo de chegada nos informaram que o nosso amigo tinha deixado a cidade ao meio dia, viajando em rumo a Vacarias. No dia seguinte, pelas 2 horas da tarde, veio um rapaz a cavallo com a noticia, que uma hora distante da cidade, no Passo das Caveiras, estavam deitados, assassinados dois tropeiros. Pelos sinais, que o rapaz dava, desconfiamos tratar-se do nosso colega Ernesto Canozzi e Olynto Pinto Centena, que tinham saído de Lages no dia anterior. Foi grande a massa popular, que foi ao encontro dos mortos, de longe conheciamos pelos animais, que de fato os assassinados eram os nossos amigos. Em redes e o último pedaço



em carretinha transportamos os corpos para a cidade. Às 9 horas do dia seguinte foi o enterro, acompanhado por muita gente; também os assassinos assistiram às formalidades. Telegrafei à Casa Santos e Almeida, participando a morte do seu viajante Ernesto Canozzi e recebi em resposta a incumbência de fazer o possível de descobrir os criminosos, tomar conta do espólio e verificar as importâncias recebidas ultimamente pelo falecido, da minha firma recebi a licença de um mês para tratar deste assunto. Meu companheiro e eu trabalhamos na descoberta dos criminosos, ajudando assim onde foi possível, o trabalho das autoridades. Desconfiamos logo de dois italianos, sendo um médico e outro farmacêutico; os irmãos Brocato.

Sendo o mais moço deles, Domingos Brocato logo preso, o mais velho Thomas em liberdade, conseguiu soltar o irmão da cadeia e fugiu, sendo atirado e morto na fuga por um camarada nosso. Domingos Brocato, vendo o irmão morto, confessou o crime e foi condenado a 30 anos. Este criminoso nato, já na Itália condenado e procurado, gramou 26 anos para depois ser morto do mesmo modo que matou Olynto Pinto Centena, quebrando o crânio a pauladas.

No mesmo dia, 2 de maio de 1902, foi assassinado perto de Encantado, outro amigo e colega no exercício de sua profissão. Eduardo Satler, viajante da Casa Reinbott e Satler de Porto Alegre, fazendo a sua viagem regular nas colônias do Alto Taquari, achava-se na vila Encantado, quando veio a notícia, que um grande bando de fanáticos tinha agredido as casas de dois negociantes e que se achavam em marcha sobre a vila Encantado. O povo de Encantado reuniu-se para se defender e o nosso amigo imediatamente pôs-se a disposição do comércio. As últimas notícias que se tem deste rapaz valente foram, que ele convidou mais dois companheiros para formar uma patrulha e explorar posição e número de fanáticos. Conhecendo o gênio do Eduardo e como não se encontrou mais um cartucho nas armas detonadas encontradas com os corpos, picados em pedaços, julga-se ter tido combate. Os corpos, já em estado adiantado de putrefação, foram enterrados no cemitério de Encantado. Também esta morte foi vingada. O governo do estado Rio Grande, enviou uma força de cem praças sobre o comando do capitão Rath, da Brigada Militar para o Alto Taquari. O reduto dos fanáticos foi arrasado e grande parte destes bandidos morreu fuzilada pelos soldados.

O comércio da Serra Catarinense ainda por diversos anos continuou a sortir-se em Porto Alegre: somente com a construção e inauguração das estradas de rodagem Florianópolis-Lages e Lages-Blumenau, o comércio de Florianópolis começou a trabalhar em escala grande com o do Planalto da Serra.

Correram os anos, os tempos mudaram e com os meios de comunicação mudou também o sistema de negociar.

Há diversos anos, fiz para a Companhia Antártica Paulista a viagem da fronteira. Fazenda o trecho Cacequi-Uruguaiana de trem, me lembrei das minhas viagens a cavalo; fiz toda a viagem em 10 dias, uma



viagem de 2 meses quase naquele tempo. É uma impressão esquisita, a rápida passagem por regiões, que a passo de animal, se conhecia minuciosamente pedra por pedra.

O viajante moderno, hospedado em bom hotel e deitado em cama boa e quente, não precisa se expor ao tempo e dormir em barraca de pano, pois é duro viajar durante o dia com chuva e dormir à noite com roupa molhada.

Não se deve porém pensar, que a vida do viajante moderno é um mar de rosas, concorrência, patrões e clientela tornam esta vida, as vezes, um inferno, mas o viajante de valor, saberá sempre se impor e assim ocupar a posição que ele merece.

Serra Alta, 15 de outubro de 1945.

---

*NOTAS LOCAIS - Blumenauer Zeitung - Vol. 1 de 20-5-1882 a 20-12-1884*

Nº 32 - 4-8-1883 - Com todas as dependências da igreja completamente lotadas pelos membros da Comunidade, foi inaugurado o novo harmônio, cujo som iguala a de um órgão. Pastor Sandretzki fez a pregação. O coro da igreja foi acompanhado pelo harmônio, tendo como organista o sr. Hertel. Uma forte trovoadá acompanhada de tempestade, na noite anterior, impediu que grande parte da população, moradores mais afastados pudessem comparecer, porque os caminhos haviam se tornado intransitáveis.

Nº 41 - 6-10-1883 - O senhor Pedro Wagner, libertou sua escrava Perpétua, dando-lhe no dia 28 de Setembro sua carta de alforria.

Nº 47 - 17-11-1883: O "Cultur-Verein" (Sociedade de Cultura) recebeu na Exposição de Amsterdam (Holanda) a Medalha de Bronze pela exposição de café.

Nº 3 - 19-1-1884: Vários roubos foram realizados na localidade. No moinho do Sr. Wloch, compareceu pelas 9 horas da noite um moreno, pedindo que lhe fosse moído uma quarta de milho, depois pediu um pedaço de fumo e ainda um copo d'água, tudo aparentemente para distrair o Sr. Wloch, pois entrementes 2 outros elementos invadiram o chiqueiro onde mataram 2 porcos e fugiram com o roubo. Um filho do Sr. Wloch que ouvira os gritos dos porcos, foi ao chiqueiro e ainda viu os dois se evadirem do local, com um porco cada um.

O filho do Sr. Wloch perseguiu os ladrões e conseguiu reter um deles, mas neste momento o terceiro parceiro apareceu e com uma faca feriu o filho do Sr. Wloch gravemente, fugindo os 3, deixando no local o produto do roubo, tendo sido reconhecido o autor da agressão conhecido pela alcunha de Chico Paraguayo.





# FUNDAÇÃO "CASA DR. BLUMENAU"

Instituída pela Lei Municipal Nº. 1835, de 7 de abril de 1972

Declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº. 2028 de 4/9/74

Alameda Duque de Caxias, 64 — Caixa Postal, 425

89100 B L U M E N A U

Santa Catarina

Instituição de fins exclusivamente culturais

## São objetivos da Fundação:

Zelar pela conservação do patrimônio histórico e cultural do município;

Organizar e manter o Arquivo Histórico do Município;

Promover a conservação e a divulgação das tradições culturais e do folclore regional;

Promover a edição de livros e outras publicações que estudem e divulguem as tradições histórico-culturais do Município;

Criar e manter museus, bibliotecas, pinacotecas, discotecas e outras atividades, permanentes ou não, que sirvam de instrumento de divulgação cultural;

Promover estudos e pesquisas sobre a história, as tradições, o folclore, a genealogia e outros aspectos de interesse cultural do Município;

A Fundação realizará os seus objetivos através da manutenção das bibliotecas e museus, de instalação e manutenção de novas unidades culturais de todos os tipos ligados a esses objetivos, bem como através da realização de cursos, palestras, exposições, estudos, pesquisas e publicações

## A Fundação "Casa Dr. Blumenau", mantém:

Biblioteca Municipal "Dr. Fritz Müller"

Arquivo Histórico

Museu da Família Colonial

Horto Florestal "Edite Gaertner"

Edita a revista "BLUMENAU EM CADERNOS"

Tipografia e Encadernação

(exclusivamente para serviços internos)

Conselho Curador: *Hercílio Deeke* - presidente  
*Edison Mueller* - vice-presidente

Membros: *Elimar Baumgarten* — *Christiana Deeke Barreto* —  
*Isolde Hering d' Amaral* — *Rolf Ehlke* — *Nelo Osti*

Diretor Executivo: *Federico Carlos Allende*



# A CADA ESTAÇÃO, UM NOVO SUCESSO.



As malhas Hering, leves e macias, dão liberdade de movimentos no verão.

Afastam o tédio e a tristeza nos dias outonais.

De puro algodão com fio penteado, aquecem carinhosamente no inverno.

Como a primavera, são coloridas e alegres.

Passa o ano todo com MALHAS HERING.

Scriba

 malhas  
**Hering**